





Director
Miguel Torres

Conselho de Redacção
David Marques
Ilídio Mesquita
Júlio Ricardo
Maria do Carmo Bica

Conselho Científico
Alcides A. Monteiro
António Covas
Artur Cristóvão
Clementina Henriques
David Henrique Machado
Elisabete Figueiredo
Fernando Oliveira Baptista
Graça Pinto Rojão
José Cardoso Brás
Luís Moreno
Rogério Roque Amaro
Teresa Pinto Correia

Edição e Imagem
António Barata

Propriedade do Título
**Animar - Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento Local**

Distribuição
Animar

Correspondência
Rua Antero de Quental
Edifício Ninho de Empresas
Bairro Olival de Fora
2625-640 VIALONGA
Telef.: **21 952 60 12/21 952 13 22**
Fax: **21 952 60 12**
E-mail: **animar@animar-dl.pt**
Http: **animar-dl.pt**

ISSN: **1646-852X**

Revisão: **Gabinete Animar**

Impressão
Tondelgráfica
Rua Abel Lacerda - 3400 TONDELA

Revista de distribuição gratuita
aos Associados da Animar.
Tiragem: 2.000 exemplares

**A opiniões expressas nos artigos são
da exclusiva responsabilidade dos
autores**

SUMÁRIO

5 Editorial

Luís Moreno

9 A MANIFesta - Feira e Assembleia do Desenvolvimento Local

O caso de Peniche, 2009 (VII MANIFesta):

Inovação Social na resposta à Crise ?

*Enquadramento, Leituras, Análises e Posições em torno
de um Processo-Evento.*

Luís Moreno

11 1. A MANIFesta: uma originalidade portuguesa

13 1.1. O lançamento da *MANIFesta* (Santarém, 1994)

16 1.2. A *MANIFesta* de Tondela (1996): uma leitura ilustrativa

20 1.3. As mensagens da *MANIFesta* de Amarante (1998)

23 1.4. A *MANIFesta* de Tavira (2001), entre pulsões
de emancipação e compromisso

29 1.5. A *MANIFesta* de Serpa (2003): o uso estratégico
da animação anterior

35 1.6. Ambição e intensificação de desafios em torno
da *MANIFesta* de Trancoso (2005)

43 2. O caminho da VII MANIFesta, definido por uma rede frágil e pouco apoiada

47 2.1. Uma preparação em ambiente crítico e de idealizada
“destruição criativa”...

51 2.2. Um programa extenso e diverso, mas com défices
de abrangência

55 2.3. Uma digressão por vários registos das participações
cívico-políticas e técnicas

62 2.3.1. Conferência “A Empregabilidade e o
Empreendedorismo como Estratégias contra a Crise”

64 2.3.2. Tertúlia “Estratégias de Desenvolvimento
em meio periférico urbano”

67 2.3.3. Tertúlia sobre os “Corredores de Liberdade
nas instituições”

70 2.3.4. A Declaração de Peniche

73 3. Aspectos de síntese sobre um percurso de... “ManiFesta Animação”?

81 Referências Bibliográficas e Documentais

87 ESTATUTO EDITORIAL

88 NORMAS DE PUBLICAÇÃO





EDITORIAL

Esta edição da Revista **Vez e Voz** ocorre num período muito especial e vem na sequência de situações também especiais para o Movimento do Desenvolvimento Local na perspectiva da Sociedade Civil orientada para o bem comum. Naturalmente, temos também Desenvolvimento Local (DL) noutras perspectivas (como a do Estado Local, correspondente ao poder autárquico, de incidência territorial algo rígida), mas aqui interessa-nos o Movimento do DL tal como é interpretado e protagonizado (até que ponto... é matéria em debate) pela Animar, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Lembramos que esta se afirma como uma rede de pessoas e Organizações Cívicas e Solidárias (OCS) para um processo de valorização interactiva e multiparticipada de pessoas e territórios.

O “período muito especial” a que nos começámos por referir diz respeito ao intervalo que separa a **VII MANIFesta**, que decorreu de 24 a 29 de **Maio de 2009** em Peniche, e um final de ano bem preenchido com momentos importantes para decidir o futuro do país. Referimo-nos às **eleições** para a **Assembleia da República (27 de Setembro)** e para os **órgãos das autarquias locais (11 de Outubro)**, já depois de ter sido realizada a **eleição dos deputados ao Parlamento Europeu (7 de Junho)**, neste mesmo ano. Num teatro de operações e protagonismos, em que o pano de fundo tem sido “**a Crise**”, compete-nos dar sequência ao Boletim *InfoAnimar* n° 7 (Julho 2009), onde foram divulgadas, numa “dimensão informal”, as “sínteses e conclusões resultantes de alguns dos debates e trocas de pontos de vista que aconteceram nas assembleias, seminários e tertúlias da *MANIFesta* de Peniche, bem como um ou outro documento de dinamização e/ou introdução dos temas em discussão”, tal como “remetidos pelos relatores, dinamizadores e partici-

pantes”. De facto, conforme se antecipava neste Boletim, esta edição da Revista **Vez e Voz** engloba agora “trabalhos sobre as principais temáticas da *MANIFesta*, produzidos por um grupo de reflexão¹ a partir dos contributos das conferências, seminários, tertúlias e encontros”. Estes “trabalhos” procuram apresentar-se de modo contextualizado e segundo um fio condutor que, cremos, será um contributo para a necessária reflexividade em torno do associativismo de valorização socioterritorial.

O momento “especial” para esta revista temática é ainda o da oportunidade de **interpelar a sociedade** (pessoas individuais e colectivas, em diferentes sectores e níveis de actuação, na sociedade civil, na economia e na política), 15 anos após a primeira edição da *MANIFesta*, face às potencialidades e às limitações da iniciativa de base local e micro-regional para o desenvolvimento duradouro do país.

Lembramos que a *MANIFesta* – Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local – foi definida, desde o seu início, em 1994, como um “processo-evento”, um “encontro”, uma “feira de feiras”, um espaço de “debate” e uma “manifestação em festa”, o resultado da participação de pessoas e organizações da sociedade civil orientadas para formas mais aprendentes, inovadoras e compreensivas de inclusão e desenvolvimento (social, cultural, económico, territorial...), de favorecimento das “proximidades”, numa mostra dinâmica do que é o Movimento do Desenvolvimento Local em Portugal. Para a Animar, entidade promotora, o meio rural foi a incidência de partida, mas desde 1997-99 que o urbano é igualmente visado como “Local”, por ser (des)igualmente portador de iniciativas merecedoras de atenção e (des)igualmente carente de processos emancipatórios. Afinal, face às verdadeiras necessidades de valorização sustentável das pessoas e, interactivamente, dos seus lugares / territórios de enquadramento, há muito quem entenda que as divisões entre rural e urbano são mais problemáticas que vantajosas: parcerias campo-cidade, interterritorialidade, pontes de relacionalidade e valoriza-

1) Embora o grupo só tenha reunido presencialmente uma vez, após a *MANIFesta* de Peniche, foi interagindo depois com recurso às formas electrónicas de intercomunicação. Coordenado por Luís Moreno, incluiu também Maria do Carmo Bica, Pedro Hespanha, Rui D’Espiney (membros com maior interacção de proximidade), Álvaro Cidrais, Célia Lavado, Nelson Dias, não dispensando contributos registados de Rogério Roque Amaro e de todos aqueles que, oportunamente, referenciamos.

ção mútua e interactiva, descentralização e qualificação de pequenos e médios centros... têm de ser processos a desenvolver, cada vez mais. Há muito que sabemos que estimular as pessoas e as suas organizações para iniciativas próprias, umas entrosadas nos grandes e pequenos desígnios da sociedade, outras críticas e desafiadoras do *mainstreaming* e desses desígnios, é essencial para a sobrevivência / renovação da democracia ou poliarquia, uma das faces da diversidade², a grande condição da sustentabilidade...

No texto que se segue, começamos por dar conta daquilo que entendemos como os aspectos essenciais da *MANIFesta*, numa abordagem em que procurámos “destilar” concisamente os grandes contributos de sucessivas realizações deste processo-evento, até 2005, como enquadramento da abordagem específica da *MANIFesta 2009*, a desenvolver na segunda parte. Em qualquer das incidências não deixamos de efectuar remissões para certas obras / documentos ou de fazer pequenos apontamentos de matérias correlativas, que apoiam a narrativa, para que esta facilite a pretendida reflexividade³. Mas é particularmente na segunda parte que desenvolvemos a problemática, que pretende utilizar 2009 como “ano paradigmático” / estudo de caso, em que tomamos a *MANIFesta de Peniche* como “centro interpretativo” e “centro de recursos” para perspectivar o futuro do DL, na perspectiva cívica e solidária.

Luís Moreno

2) Trata-se da face da diversidade socioterritorial e cívico-política, que alimenta e é alimentada pelas diversidades cultural, social, económica / produtiva, organizacional, biofísica / ecológica, paisagística...«

3) Esta “destilação” e remissão corre o risco de funcionar como “reader’s digest”, pelo que recomendamos aos interessados a leitura integral dos documentos mencionados / referenciados, possíveis de obter *on line* ou por solicitação à Animar.





A *MANIFesta*
– Assembleia, Feira e Festa
do Desenvolvimento Local
O caso de Peniche, 2009 (VI *MANIFesta*):
Inovação Social na resposta à Crise ?
Enquadramento, Leituras, Análises e Posições
em torno de um Processo-Evento.

Luís Moreno

RESUMO

Este número temático desenvolve a matéria da *MANIFesta*, como um processo-evento português, que é desde 1994 uma “feira de feiras” mas também espaço de encontro e debate sobre o Desenvolvimento Local (DL) e o futuro dos territórios, na perspectiva das Organizações Cívicas e Solidárias (OCS) e dos cidadãos activos, filiados na associação-rede Animar e não só, comprometidos com a valorização socioterritorial em meios carentes de densificação relacional e económica de base comunitária. A abordagem seguida coloca a *MANIFesta* na qualidade de recurso analítico que subsidia a necessária interpretação de um movimento social que se bate, com muitas dificuldades, pelo empoderamento do



associativismo de desenvolvimento e de uma organização que procura assegurar um trabalho qualificado em parcerias e em rede, num contributo da “energia cívica” para o DL e para a governança multi-escalar. O caso da *VII MANIFesta* (Peniche, 2009) é alvo de atenção mais específica, focando em particular a problemática do seu processo generativo e alguns contributos das conferências, seminários, tertúlias e encontros que nela se realizaram. Orientando-nos para uma reflexividade em torno do associativismo de valorização socioterritorial, o propósito geral é fornecer elementos de contextualização para uma sempre urgente interpeção social e política sobre “a crise” e sobre as condições da iniciativa de base local e micro-regional para o desenvolvimento duradouro do país.

ABSTRACT

This thematic issue is focused in the subject of the *MANIFesta*, as a Portuguese process-event which is, since 1994, a “fair of fairs” and a space for the meeting and debate on both the Local / Community Development (LD) and the future of the territories, in the point of view of both the Civic and Solidary Organizations (OCS) and the active citizens, members of the “Animar” network-association or not, any way committed with the social-territorial promotion of areas lacking community-based relational and economic density. The chosen approach deals with the *MANIFesta* in the quality of analytic resource to help the necessary understanding of both a social movement uneasily struggling for the empowerment of the development associations and an organization trying to assure a qualified work in partnerships and in networks, as a contribution of the “civic energy” for both the LD and the multilevel governance. The case of the *VII MANIFesta* (Peniche, 2009) is object of a more specific concern, dealing mainly with both the question of its generative process and some contributions from the conferences, seminars, tertulias and meetings included in. Positioning ourselves towards a reflexivity on the associative organization for the social-territorial promotion, the general purpose of the review is to provide contextualization elements in order to support an always urgent social and political demanding on both “the crisis” and the conditions of the grassroots and micro-regional initiative for the country enduring development.

RÉSUMÉ

Ce numéro thématique reprend la *MANIFesta* comme un processus-événement qui depuis 1994 tient lieu au Portugal, comme “foire des foires” et aussi comme un espace de rencontre et débat des problématiques du développement locale et de l’avenir des territoires, dans la perspective des organisations civiques et solidaires et des citoyens membres du réseau Animar (mais pas seulement) et engagés à la valorisation socioterritoriale des milieux en manque de densification relationnelle et économique de base communautaire.

L’approche suivie place la *MANIFesta* comme occasion de la nécessaire réflexion du mouvement sociale qui cherche, pas sans des difficultés, l’autonomisation de l’associativisme de développement, et d’une organisation que tient comme bout assurer un travail qualifié en partenariat et en réseau, une contribution “d’énergie civique”, pour le DL et la gouvernance multi-scalaire.

La *VII MANIFesta* (Peniche 2009) a retenu une attention tout spécial sur la problématique de son processus génératif et sur des apports des conférences, séminaires, réunions et rencontres qui y ont eu lieu. Les débats autour de l’associativisme de valorisation socioterritoriale se sont centrés sur des éléments de contextualisation de l’interpellation sociale et politique – toujours urgente – de “la crise” et des initiatives de base locale et micro-régionale visant le développement durable du Pays.

1. A *MANIFESTA*: UMA ORIGINALIDADE PORTUGUESA⁴

Numa espacialização do fenómeno *MANIFesta* (Fig. 1), podemos constatar que as suas seis edições tiveram uma sequência itinerante em pequenas cidades, sedes de concelho onde se concentraram, geralmente em quatro dias, pessoas e representantes de OCS de todo o país, trazendo

4) Originalidade portuguesa, desde que não seja confundida com a *MANIFESTA*, a nível europeu: uma fundação internacional criada em 1994 na Holanda e que realiza desde 1996 bienais itinerantes em matéria de Artes Visuais (cf. <http://en.wikipedia.org/wiki/Manifesta>).

“produtos do DL”, materiais e imateriais, todos eles traduzindo saberes, do passado, do presente e para o futuro.

De facto, a “dimensão Feira” de cada *MANIFesta* pôde mostrar aos visitantes *stands*, uns com informação sobre projectos – traduzindo formas de inovação social / económica – desenvolvidos pela acção de diferentes associações, outros com produtos elaborados no âmbito desses projectos ou mesmo fora deles, tantas vezes requintes da ruralidade (colhidos, trazidos e/ou artesanalmente transformados), de terras que se (res)guardam entre a rectaguarda e a vanguarda... A parte que diz respeito à Festa passa pelo encontro de visitantes habituais e de ocasião e mili-

tantes / profissionais da animação, esta cultural e recreativa por se tratar de Festa: teatro, cinema temático, dança e música – regional / local e de atracções (inter)nacionais –, animação de rua, etc. O Quadro I procura resumir o tipo de manifestações no âmbito da **Feira** e da **Festa**.

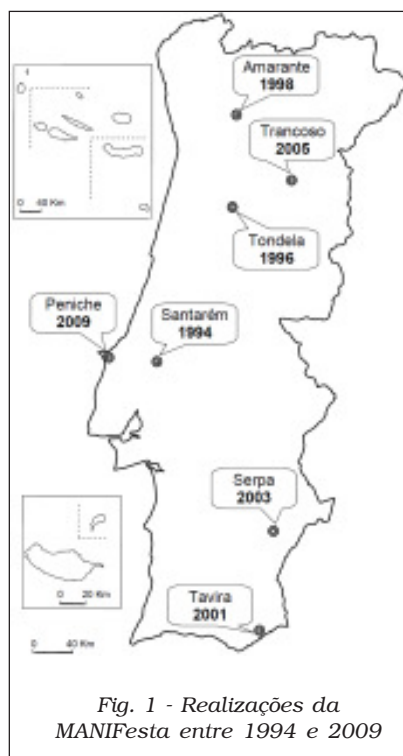


Fig. 1 - Realizações da *MANIFesta* entre 1994 e 2009

Quadro I – Componentes ilustrativas das dimensões ‘Feira’ e ‘Festa’ da *MANIFesta*

FEIRA	FESTA
Tascas e sessões de degustação, Mostras e vendas de Produtos de Agricultura Biológica, de Animais, de Artesanato, Mostras de Projectos de base associativa, Mostras de Ciência, Técnica e Recursos para o Meio Rural, espaços de Troca de Saberes, Ateliês e Oficinas de artes diversas, para adultos, jovens e crianças, Exposições de Arte, de objectos do Património Cultural ou registos deste e do Património Natural, de evocação de Memória Etnográfica, de Antigas Práticas e Actuais Vivências do Portugal Interior, Exposições temáticas de Intervenção, Prevenção ou Denúncia (ex.: por parte de ONGA e de ONGD), Feiras do Livro, etc.	Actuação de Bandas Filarmónicas, Ranchos Folclóricos, Grupos Etnográficos, Grupos de Jogos Tradicionais e outros de Música Popular e de Dança, de Conservatórios Regionais ou de Colectividades Locais, Tunas Académicas, Desfiles de “Moda Artesanal”, sessões de Teatro, Video e Cinema Temático, Teatros de Marionetes, de Fantoches, Teatros de Rua e outras animações culturais de recreativas de ar livre, Concursos, etc.

Podemos ainda considerar, de algum modo com cabimento na dimensão Feira, toda uma série de **Seminários** ou **Encontros** e **Colóquios temáticos** que as sucessivas edições da *MANIFesta* incluíram, com a organização de entidades privadas (associativas e outras) e/ou públicas. Com ou sem justaposição da expressão “e Desenvolvimento Local”, são exemplos: Economia Social e Solidária; Comércio Justo e Solidário; Mulheres; Igualdade de Oportunidades; Cooperativismo; Educação e Formação de Adultos; Cidadania e Intervenção Juvenil; Educação Ambiental; Ciência e Investigação; a Iniciativa EQUAL; Agricultura; Agricultura Biológica e Desenvolvimento Sustentável; Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; Globalização Alternativa; Associativismo, Redes Associativas; Rede de Aldeias Turísticas; Cultura e Identidade; Artes e Ofícios; Microcrédito e a Luta contra o Desemprego e a Pobreza; Voluntariado; Comunidades Portuguesas; Imigração; Regionalização; Contratos Locais de Desenvolvimento Social; Orçamento Participativo; Repensar o Princípio da Subsidiariedade; Intervenção Comunitária a partir da Saúde; Eco/Etnoturismo; “Inovar para o Desenvolvimento Sustentável do Território”...

Vamos de seguida debruçar-nos apenas sobre a dimensão imaterial e socialmente reflexiva dos processos-eventos, assumindo a maior importância dessa componente para o DL e para a discussão que entendemos como necessária aos cidadãos de todo este país, de dimensão demográfica inferior à de várias cidades de diferentes continentes. Como referimos atrás, privilegiamos nesta parte as edições da *MANIFesta* entre 1994 e 2005, antes de incidirmos na de 2009, numa análise própria.

1.1. O LANÇAMENTO DA MANIFESTA (SANTARÉM, 1994)

A primeira *MANIFesta* realizou-se em 1994, em Santarém, embora na sequência do “primeiro estudo”, em 1992, de “levantamento e caracterização de iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal, com o patrocínio e o apoio do IEF, ou mais precisamente do seu Presidente da altura, o Dr. Acácio Catarino (protagonista fundamental no processo que viabilizou a 1ª *MANIFesta*)” (Amaro, 2009a:2). Outros intervenientes foram, principalmente, os próprios primeiros activistas da Animar, o solicitado primeiro presidente da Comissão Nacional de Gestão do Pro-

grama LEADER, técnicos afectos à Câmara Municipal de Santarém e de entidades associativas. Como se escreveu antes, “em tempo de afirmação do desarmamento proteccionista iniciado em 1992, com implicações na mobilização dos rurais mais alarmados com as perdas de mercado agrícola, em altura dos primeiros balanços do LEADER I e de divulgação do LEADER II, e em ano de eleições, a mobilização de atenções não terá sido a mais difícil”, pelo que, “nos 5 dias em que decorreu, os visitantes atingiram vários milhares de pessoas de todo o país, muitos deles trazidos por autocarros de autarquias e de outras entidades” (Moreno, 2007:236).

De acordo com Animar (1994), a primeira *MANIFesta* teve quatro objectivos: 1) “dar visibilidade ao local e mostrar que o nacional pode ser construído a partir do local”; 2) “ser um espaço aberto onde o Desenvolvimento Local se conforta, reforça e anima”; 3) “demonstrar a capacidade de realização e afirmar a qualidade local”; 4) “afirmar a força do local criando um espaço de reivindicação / diálogo com o Poder Central”. Numa breve apreciação da altura, o primeiro, segundo e terceiro objectivos teriam sido globalmente atingidos, mas não o quarto, indiciando alguma “ignorância ou dúvida” dos representantes do Poder Central ausentes, bem como tensões e incómodos dos poucos presentes (cf. idem:18-19).

A componente Assembleia do DL deste evento apoiou-se no debate de doze temas propostos, que acabaram por se abrir numa “partilha de saberes e experiências”. Os resultados ficaram registados como *Conversas Inacabadas – constatações e recomendações*. Uma síntese da sua leitura pôde ser apresentada como:

“(...) a defesa da diversidade (económica, cultural, territorial), o que passará pela mobilização dos saberes, numa cooperação que envolve os diálogos entre culturas e o cruzamento de meios técnicos, processo em que as universidades têm de participar. Nesta defesa do ‘saber para a participação em diversidade’, releva-se a inclusão de mulheres, idosos e grupos minoritários, bem como a não-exclusão de actividades que contribuem para viabilizar esses saberes e o ordenamento do território. Dessas actividades, afirma-se que a agricultura tem de ter uma importância capital – ‘corpo’ e não ‘adorno’ – no meio rural”.

O aproveitamentos dos saberes “prende-se também com o papel essencial da avaliação, como alimentação permanente do entendimento social quanto à condução pública dos destinos colectivos. Ressalta ainda a afirmação da necessidade de equilibrar as relações ‘entre ADL e autarquias’, dado o poder desigual destas entidades, o que se liga a outras recomendações: inovação nas práticas de DL, no contexto do ‘exercício activo da cidadania’, para permitir o ‘empoderamento’ de diferentes actores e agentes, tornando a democracia mais participada. Isto, por sua vez, prende-se com a defendida responsabilização do ‘local’” nos processos de planeamento, por ser uma opção menos redutora e mais enriquecedora que as que se reconhecem existir” (Moreno, 2007:237).

Nessa altura, e desde 1993, a folha – depois Boletim – **Vez e Voz** (antecessor desta Revista) fazia-se chegar aos membros e (potenciais) apoiantes do Movimento do DL, com mensagens agitadoras / desafiadoras. Além disso, as “conversas inacabadas” tiveram continuidade noutros momentos de interacção entre os “nós” da rede. Um deles, o “Encontro Nacional da rede animar” (em Penamacor, 1 de Julho de 1995), deu origem à Carta de Penamacor⁵, “um dos documentos de referência do património ideológico do ‘movimento do DL”, no mesmo ano em que a atenção pública foi mobilizada em Portugal pela política partidária, com resultado na mudança governativa “para a esquerda”, a qual se fazia acompanhar de diversas expectativas de resposta para carências diversas, entre as quais aquelas com expressão territorial. Nessa altura decorriam em toda a UE movimentações e negociações associadas ao acentuar da crise económica estrutural e às aprovações de verbas comunitárias afectas a diferentes programas. A intensa pressão incluía o encontro de interesses em promover o DL, “pelo que as reflexões suscitadas por iniciativas da animar em Portugal, como as da Carta de Penamacor, cruzaram-se com outras, de muito maior riqueza e participação, como foi a Conferência Europeia “Desenvolvimento Local, Coesão Social e Eco-

5) Animar (2005), Carta de Penamacor. As interioridades e o Desenvolvimento Local. Messejana, Animar, 8 p. (http://www.animar-dl.pt/publicacoes/ver_publicacao.php?id=29).

nómica na U.E.’, em Serpa (cf. IDEIA-Alentejo, 1995). Foi neste contexto, em que concomitantemente se abria o espaço para múltiplas vozes e se juntava alguma crispação devida a vários factores, incluindo mormente os atrasos nos pagamentos contratualizados com as ADL, que se preparou e realizou a segunda Assembleia e Feira do DL” (idem:239).

1.2. A MANIFESTA DE TONDELA (1996): UMA LEITURA ILUSTRATIVA

Sobre a segunda *MANIFesta*, realizada em 1996 em Tondela, seguiremos no essencial a narrativa de Moreno (2007:239-242), pelas vantagens de abrangência e concisão analítica. Aqui se mostra que este evento, com organização local da ACERT, implicou a preparação prévia da Assembleia com “um pequeno inquérito dirigido a várias dezenas de Associações de Desenvolvimento Local, assim como a um conjunto vasto de personalidades, sobretudo do meio académico, através do qual se procuraram identificar os temas a debater (...)”⁶. Após uma análise das respostas (“em número bem inferior aos desafios lançados”), foram identificados quatro grandes temas, que deram sequência a convites para o envio de “teses curtas e incisivas”: 1) *o que é o DL?*; 2) *condições para o exercício das ADL*, 3) *quadros legais e político-financeiros para o desenvolvimento local*; 4) *sectores de intervenção e metodologias de desenvolvimento local*. Entre as 25 teses presentes, merece destaque o facto de três delas pertencerem a académicos que já tinham tido ou que vieram a desempenhar cargos governamentais.

Privilegiando-se o debate na Assembleia, promoveu-se sobretudo a “participação activa” dos autores e de outros no “lançamento da discussão”, que deveria fazer pontes entre as “visões e práticas” do passado e as do futuro, estas como resposta criativa para os problemas. Um discurso em tom “de entusiasmo mobilizador” da participação (ex: “a todos



6) Transcrição do documento prévio à MANIFesta 96: “O Desenvolvimento Local em Assembleia: trocar experiências, discutir ideias, definir novos rumos de acção”, p. 1.

queremos dar a vez e a voz”...) remetia para o previsto documento final, a *Declaração de Tondela*, que deveria...

*“ser uma plataforma de entendimento entre os actores de desenvolvimento local, uma base de trabalho para a negociação com os poderes (...), um comprometimento profundo com uma cidadania activa para o desenvolvimento local, em Portugal”*⁷.

A *MANIFesta 96* parece ter ampliado o alcance da “mensagem DL” (em relação à realização de Santarém) através de uma maior diversificação, tanto de participantes – muitos deles externos à anterior influência da Animar – como de público de todo o país, que incluiu governantes, entre os quais o próprio Presidente da República. Como retorno sintético da participação, a *Declaração de Tondela* retoma muitas das questões essenciais aos actores do DL abordadas em momentos anteriores, mas também introduz outras, além de deixar transparecer em todo o discurso uma maior “funcionalização do DL” do que antes. Isto é, talvez fruto das condições de apoio comunitário (e nacional, de forma algo derivativa) às Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL), o DL é colocado sistematicamente como um projecto de construção social partilhada, numa linguagem normativa que torna a “postura de alternativa” complementar à de comprometimento na questão pública, através das parcerias. Consideramos o trecho seguinte – seleccionado de entre outros conteúdos propositivos com intencionalidade programática – bastante esclarecedor quanto a este aspecto:

“Como dinâmica integradora e mobilizadora das diferentes intervenções sectoriais, o Desenvolvimento Local requer uma parceria genuína entre as entidades associativas e o Estado, num processo permanente de cooperação conflitual.

“Mas essa parceria só existe se houver reconhecimento efectivo das associações e do seu papel central na animação do Desenvolvimento Local.

“Tal reconhecimento terá de assentar numa reformulação da legislação para o sector associativo, que tenha em conta as necessidades e a multifuncionalidade das estruturas existentes.

7) Idem, p. 3.

“Neste contexto, propomos a criação de uma comissão mista – administração e associações – que elabore, a breve prazo, um livro branco sobre o relacionamento entre o Estado e as Associações” (p. 3).

Revelando este aspecto uma certa vocação politicamente estruturante da *Declaração de Tondela*, outras questões merecem particular atenção. O documento começa por dar conta das contradições geradas “contra as promessas do crescimento e do progresso”, em função dos “grandes interesses financeiros e económicos”, que dão “o direito e o dever de resistir” no sentido de fazer a sociedade colocar a vida “como princípio e fim de todas as instituições sociais, e em especial da economia”. Para isso, aponta o DL como processo necessário, porque viabilizador da cidadania activa, ou seja, da participação para uma sociedade mais democrática, possível com parcerias alargadas, rompendo “com o isolamento de pessoas, de iniciativas, de territórios, num processo de construção de novas solidariedades, expressas no estabelecimento de redes inter-locais” (p. 1).

Um terço do documento é dedicado às questões do meio rural, para o qual se insiste na diversificação de actividades, articuladas entre si, aproveitando as condições culturais existentes. A agricultura (com destaque para a pequena) será aqui essencial “como suporte e como complemento da diversificação da base económica de cada território”. Para este efeito, correlativo da criação de emprego e retenção regional da população, é contemplada a alteração da PAC: “fixando-se um limite máximo de subsídio por exploração, ponderado pelo grau de incorporação do factor trabalho, pelo cuidado com a saúde do consumidor e pela preocupação com o ambiente e as paisagens”.

As propostas de diversificação em meio rural também passam, nesta *Declaração*, por: a) valorização dos produtos de pequena escala (produtos “territorializados”, que «têm uma pátria»), supondo a intervenção de “novas entidades, de economia social», na falta de circuitos especializados⁸; b) Turismo Rural, num conceito proposto exclusivamente

8) O que remete para a provável influência de contributos como o de Magowan et al. (1996).

para se inscrever no âmbito da pluriactividade das explorações familiares ou do DL e, como tal, regulamentado e apoiado; c) criação de um estatuto fiscal específico para os pluriactivos.

A última parte da *Declaração de Tondela* preconiza medidas de política incidentes em: a) estimular as iniciativas locais de emprego entre “grupos sociais mais vulneráveis” ou em “zonas deprimidas” (ex: isentar de contribuições à Segurança Social no período de arranque); b) alterar radicalmente o sistema educativo, tornando-o apto à “promoção do espírito empreendedor” e formador da “cidadania activa e solidária” (contra a Escola centralizadora, burocratizada, redutora e geradora de exclusões); c) tornar a formação profissional adaptada às condições locais; d) criar uma “plataforma multi-sectorial, de Economia Social e de Cidadania Activa, que funcione como um fórum comum de auscultação, de reflexão e de proposição”; e) flexibilizar os programas, de modo a “permitir respostas diferenciadas, criativas e (...) integradoras”, sendo adequado o “contrato-programa plurianual (...) para projectos integrados geridos por parcerias locais”. O documento final da *MANIFesta 96* encerra com “chave de ferro”, sendo simultaneamente uma denúncia de problemas já encontrados e uma exigência de salvaguarda contra a continuidade dos mesmos:

“Mas é necessário garantir que as associações não sejam penalizadas com os atrasos dos pagamentos efectuados pelo Estado e pela Comissão Europeia (...). Para o efeito, deverá ser criado um fundo que permita às estruturas associativas recorrer a empréstimos sem juros para realizar, na globalidade e sem sobressaltos, os programas contratados. O mesmo mecanismo poderá servir para evitar atrasos no lançamento de programas e projectos, e interrupções no decorrer das acções, prevenindo situações de descalabro financeiro como as que hoje vivem tantas associações” (p. 3).

Este problema levou a que a direcção da Animar que tomou posse em 1997 tivesse tomado iniciativas como a de elaborar um “projecto de proposta de Carta Reivindicativa do DL”, o qual permitiu fornecer o “esqueleto” do documento participado que se veio a constituir como “teses da *MANIFesta 98*”, além de concorrer a diferentes programas

relacionados com a promoção do DL, com particular relevo para o PPDR e a CAL, e de promover um “encontro nacional de quadros técnicos das associações com o objectivo de promover o aparecimento e qualificação de uma nova geração de protagonistas do DL” (cf. Moreno, 2007:242-243).

Na realidade, este “encontro” veio a tomar a forma de um projecto, financiado pelo PPDR (sub-Programa “Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional”, do QCA II), que implicou em 1998 uma mobilização anterior à *MANIFesta* deste ano de mais de duas centenas de técnicos – os “Novos Valores” – em Encontros Regionais e um Nacional, através de parcerias da Animar com diferentes ADL (cf. Brás, 1999).

1.3. AS MENSAGENS DA MANIFESTA DE AMARANTE (1998)

A terceira edição da Feira e Assembleia do DL – *MANIFesta 98* – que se veio a realizar em Amarante, esteve envolta num contexto crítico para a Animar, já analisado em pormenor noutros momentos (cf., por exemplo, Moreno, 2007). De facto, 1998 foi um ano em que viram frustradas algumas expectativas, umas anteriores ao evento⁹, outras posteriores, relacionadas com resultados imprevistos de um processo não contratualizado: “algum excesso de confiança e falta de avisado controlo na gestão financeira da *MANIFesta 98* levaram a custos não cobertos pelas receitas, com implicações numa certa deterioração da imagem pública de actores do DL e em défices parcialmente assumidos pela Animar e até por alguns dos seus associados que sempre mais investiram” (idem:244).

Com a organização local da ADESCO¹⁰, o evento teve lugar em Amarante (Novembro de 1998) cerca de um mês depois dos Encontros

9) Em especial: 1) perda do concurso para a Célula nacional de Animação do PIC LEADER (CAL), ficando a Animar sem acesso aos “recursos de animação” que o seu percurso legitimaria aspirar; 2) derrota do “Sim” no Referendo sobre a Regionalização, que era apoiado – embora com ressalvas – pela Animar.

10) Associação para o Desenvolvimento Comunitário, uma IPSS constituída em 1992 em Amarante com o apoio do Centro Regional de Segurança Social do Norte para desenvolver projectos na região no quadro do Programa de Luta Contra a Pobreza (Bastos et al., 1998).

Mundiais do Desenvolvimento Local de Sherbrooke (Canadá), cuja Declaração Final pode ter tido algum peso na acreditação do acervo ideológico do “Movimento do DL” e nas suas formas de representação pública. Não é por acaso que as “Teses da MANIFesta 98” começam por incorporar parte da Declaração de Sherbrooke. Embora esse documento das “teses”, uma pequena publicação de 32 páginas (Animar, 1999), de conteúdo bastante estruturado, mereça uma leitura própria, cabe aqui referir, pelo menos, os seus grandes domínios.

Na primeira secção, intitulada “Donde vimos, o que somos, o que queremos”, mostram-se as raízes e o sentido identitário do “Movimento do DL”, como processo de valorização da cidadania activa com dimensão solidária e, portanto, implicando educação (educogenia) para a participação plural na valorização das culturas locais, para a aprendizagem intergeracional e para a sustentabilidade. Aqui se releva o trabalho em parceria (“há ainda muita ‘malha por tecer’ entre as pessoas e as organizações”), mas também o carácter de “bem público” dos serviços das Organizações e Iniciativas de DL (OIDL), implicando trabalho real e imprescindível, não remunerado pelo mercado e com “custos que alguém deverá suportar”. Parte destes custos “são já suportados pelos voluntários e profissionais ‘militantes’ que actuam nas OIDL”, referindo-se a “trabalho não remunerado prestado por pessoas que [aliam] a sua competência profissional aos valores de serviço à comunidade”. Defende-se que este trabalho tem de ser acreditado pelo que faz e como o faz e não por qualquer definição formal e redutora do conceito de OIDL (ou ADL ou OCS...), bastando para isso “transparência na gestão e prestação pública de contas; controlo democrático da gestão pelos associados; avaliação do desempenho por entidades independentes ao movimento, mas com capacidade para entender as suas especificidades”.

A segunda secção das “Teses de 1998”, intitulada “Como queremos que seja o aprofundamento do nosso sistema democrático”, assenta na argumentação em torno dos conceitos de “democracia participativa”, da “descentralização”, “desconcentração” e os respectivos limites, assim como de uma legítima “regionalização”, em falta tendo em conta as reconhecidas insuficiências de resposta face a défices de justiça territorial (equidade).

A terceira secção do documento, encabeçada pela expressão “Como queremos que seja a nossa política de desenvolvimento”, retoma alguns argumentos anteriores, considerando os “principais actores e autores do desenvolvimento” e o papel da “educação, formação profissional e desenvolvimento cultural”, mas acrescenta-lhes elementos de diagnóstico (“deficiências do financiamento” do DL) e de proposta ou reivindicação. Neste caso figuram a “garantia pública do crédito às microempresas”, os “incentivos fiscais às contribuições privadas” para o DL, a legitimidade dos “financiamentos públicos às OIDL”, devendo esta dar lugar à criação de um “Fundo de apoio ao desenvolvimento local (...) de carácter permanente”, com diferentes componentes. Constam também propostas de medidas de “flexibilização, territorialização e descentralização dos programas de apoio ao desenvolvimento” e de “reconhecimento público” à Animar do “estatuto de parceiro social”¹¹. Um último ponto – “as nossas tarefas para o futuro” – refere a “continuação e o aprofundamento, no espaço de tempo inter-MANIFesta, do trabalho de debate e de troca de experiências”, recorrendo às NTIC, “promovendo assim, de forma permanente, a interactividade no seio do movimento (...) e a divulgação do seu trabalho”¹², bem como “um trabalho de avaliação do desempenho das OIDL (...)”.

Estas “Teses” (sem antíteses) serviram de base para redigir a *Declaração de Amarante* (cf. Animar, 1999), subscrita por nove ONG da CPLP que estiveram presentes no evento: duas portuguesas (Animar e CIDAC), outras duas de Moçambique e uma de cada um dos seguintes países: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

11) Este desiderato veio a concretizar-se, na medida em que a Animar se tornou, desde Maio de 1999 e até 2002, membro efectivo do Conselho Económico e Social (CES), após candidatura pública, tendo estabelecido um protocolo de colaboração e participação com a Aliança para o Mundo Rural Português (ARP).

12) A primeira experiência neste sentido, e a única que teve continuidade, entrando em funcionamento logo após a MANIFesta 98, foi a lista de correio electrónico DLR (Desenvolvimento Local em Rede – dlr@utad.pt), por iniciativa de um dos “nós” da rede Animar, um associado individual e docente da UTAD. Embora a DLR tenha funcionado sempre de forma aberta e sem filtros nem moderações (salvo a auto-moderação dos subscritores), extravasando muito a Animar (e mesmo o DL), não deixou de favorecer uma certa fertilização cruzada e difusa com informação sobre iniciativas públicas e privadas, bem como ideias, alimentando perspectivas de vários actores do DL, de todo o país. Uma primeira análise da DLR pôde ser encontrada em Moreno (2007), mas refere-se apenas aos primeiros anos e a uma análise de conteúdo carente de outra contextualização e aprofundamento reflexivo.

1.4. A MANIFESTA DE TAVIRA (2001), ENTRE PULSÕES DE EMANCIPAÇÃO E COMPROMISSO

A preparação da *MANIFesta* de 2001 decorreu num contexto de mobilizações múltiplas, em termos de “Movimento do DL”. Por um lado, contaram-se as inerentes ao importante trabalho desenvolvido desde 1999 pela Célula de Animação LEADER (CAL), a equipa técnica da INDE que, em articulação com o Ministério da Agricultura, trabalhou com as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) que integravam os GAL do Programa LEADER, além de ter favorecido a criação da Federação Portuguesa das ADL (Federação Minha Terra) em 2000 (cf. www.minhaterra.pt/). Por outro lado, um certo “clima social de diálogo” criado pelo poder político vigente proporcionou a identificação dos contributos da Animar com conteúdos relevantes do discurso do partido no poder quanto à questão social: apostar nos esforços redistributivos e participativos para a coesão económica e social.

Na herança das mensagens indiciadoras de uma pretendida “flexibilização responsável” das ADL, presentes nas “teses de 2008”, da “concorrência” da CAL para o DL, bem como da afirmação da Animar como parceiro social¹³, parecia ser difícil fugir à considerável pressão do governo para uma certa funcionalização das ADL, alimentando também um determinado caminho de obtenção de meios (a mera contratualização para cumprir objectivos do governo e do sistema de planeamento e gestão fortemente estatizado) temido – em particular se exclusivo – por aqueles membros da Animar mais sensíveis à falta de incentivos para a disseminação da criatividade social e da iniciativa cívica independentes.



13) Nesta qualidade, a postura mostrou-se de crítica construtiva (e não “desalinhada”), não só no CES mas também noutras instâncias: Comissão de Acompanhamento do PPART (Programa para a Promoção dos Ofícios e Microempresas Artesanais); Conselho Consultivo da ANEFA (Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos); interlocutora regular das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e do Trabalho e Formação. Neste âmbito, a animar fez então também parte da Comissão de Acompanhamento do POEFDS (Programa Operacional para o Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do QCA III), do Conselho Consultivo do Programa AGRO, da Comissão de Acompanhamento do Programa Ruris e do Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Conforme apresentado por Moreno (2007), foi neste contexto que a direcção da Animar promove em Novembro de 2000 um pioneiro *Encontro dos Órgãos Sociais e Conselho Consultivo da Animar*, com algumas questões de partida:

“Para que existe a Animar? O que deve continuar a fazer? O que deve começar a fazer? O que deve deixar de fazer? De que tipo de Animar precisamos: (...) sobretudo ‘entidade representativa’, que se afirma pelo peso da sua base social? Ou (...) sobretudo ‘entidade propositiva’, que se afirma pela defesa persistente de um quadro coeso de ideias? Tendo o desenvolvimento local entrado no ‘mainstream’, quer a nível nacional quer a nível europeu, vamos-nos acomodar a isso ou vamos pensar em alternativas, agitar ideias, animar continuamente o debate?” (idem:252).

O mesmo autor refere que o “resultante debate de ‘ideias e caminhos’ procurou apoiar a preparação do ‘Plano de Actividades para 2001’ e, concomitantemente, contribuir para a própria reflexão a realizar no quadro da *MANIFesta 2001*”, que já se encontrava em processo de preparação. Segundo apuramentos e estimativas da organização local, da Associação IN LOCO, o evento reuniu em Maio de 2001 “mais de 1300 participantes, profissionais e colaboradores voluntários das ADL, mobilizou cerca de 300 entidades e registou mais de 40 mil visitantes”, mas implicou um prévio processo formativo de técnicos iniciado em meados de 2000. Em paralelo realizaram-se, por todo o país, “14 Assembleias Regionais (envolvendo mais de 340 pessoas) para identificar os problemas do movimento associativo, as relações com os poderes, as dificuldades, as realizações, os recursos e os caminhos do futuro, tal como são perspectivados e desejados” (ibid.:254).

No “Pontapé de Saída para a Assembleia da *MANIFesta 2001*” (Documento assinado por Nelson Dias, em 16 de Outubro de 2000) referia-se a importância de “dar continuidade aos debates regionais ou zonais que permitirão formalizar um documento amplamente discutido e reflectido, a ser revisto e divulgado na Assembleia final da *MANIFesta*”, “à imagem do processo levado a cabo na *MANIFesta 98*”. Tal como veio a ser difundido em nota de imprensa (já em Março de 2001), ambicionava-

-se “uma Assembleia que continue e aprofunde o espírito de Santarém, Tondela e Amarante, dirigida para cinco objectivos fulcrais: (1) contribuir para avaliar o trabalho das ADL e organizações cívicas e solidárias nos últimos 15-20 anos; (2) aprofundar o debate sobre a tipificação e a natureza das práticas das ADL e organizações que se reconhecem como entidades de DL; (3) contribuir para a elaboração de uma ‘Carta de Relacionamento entre as ADL e o Estado’¹⁴; (4) identificar um conjunto de temáticas prioritárias tendo em vista a definição de novas e urgentes linhas de intervenção no DL, respondendo aos desafios de um país e de um mundo em mudança; e (5) contribuir para reforçar o movimento de DL, através da clarificação e aprofundamento dos laços de relacionamento entre redes ou organizações nacionais e regionais e organizações locais” (ibid.:263-264).

Como se vê, aqui surge pela primeira vez exposto ao grande público uma expressão nascida em 2000 na linguagem interna dos dirigentes da Animar – “organizações cívicas e solidárias” (OCS) –, não sendo por mero acaso que em (1) e (2) se adiciona esta categoria e a das “organizações que se reconhecem como entidades de DL” à das ADL (naturalmente, contemplam-se sobreposições...). Esta distinção, combinada com o que surge em (3), permite-nos entrever alguma correspondência das ADL à perspectiva mais prática e operativa, de mais “(inter)dependente, funcionalizado e programado serviço público” de DL, aquele que tem vindo a ser apoiado e defendido pela Federação Minha Terra no sentido de uma governança estabilizada.

Enquanto a avaliação se preparava com o lançamento de um questionário às OIDL, actualizando-se também a lista de IDL de Bastos et al. (1998), uma primeira série de Assembleias Regionais (AR) permitiu elaborar o “Documento da Assembleia” que, discutido no decurso de uma segunda série de AR, foi objecto de reformulação para debate na Assembleia Nacional da *MANIFesta 2001*. Aqui foi novamente alterado,

14) Esta preocupação, já publicitada desde Tondela e Amarante, não deixou de ser relevada pela disponibilização aos membros da rede, por elementos da direcção da Animar e da IN LOCO, do documento “COMPACT, uma ‘carta de boas práticas’ elaborada e aplicada em Inglaterra”, no relacionamento entre o Governo e o “sector cívico e solidário” (cf. HO, 1998), e de outro semelhante quanto à Irlanda (VV.AA., 1998).

após interacção com a apresentação e discussão dos primeiros resultados do apuramento do questionário.

Este documento (15 páginas densas, no original), donde foi “destilada” a *Declaração de Tavira* – intitula-se “Caminhos Novos do Desenvolvimento Local: Avaliar, Afirmar, Reforçar, Desafiar”. Seguimos aqui a breve apresentação dos tópicos, transcrevendo no essencial o que se encontra em Moreno (2007:266-267). O documento começa por fazer um historial do Movimento do DL, incluindo o percurso participativo de construção da própria MANIFesta 2001, seguindo-se a apresentação das grandes conclusões e propostas da Assembleia, organizadas em três grandes áreas ou blocos:

- A. Dos Princípios – De Nós para Nós
- B. Dos Métodos de Acção – De Nós para Todos
- C. Do Relacionamento Estado-DL – De Nós para o Poder Político e V.V.¹⁵

Dentro do Bloco A, os elementos essenciais de um discurso de autorepresentação do “movimento do DL” como motor de uma cultura democrática de exigência e de responsabilidade transterritorial e transgeracional configura-se nos itens: 1. DL: clarificar visões e melhorar práticas; 2. Qualificar dirigentes e técnicos; 3. Tecer a rede do DL: do local para o regional, nacional e transnacional; 4. Promover a avaliação do DL.

O Bloco B refere-se ao domínio da mobilização de meios (para todo o DL “cívico e solidário”) que ressalta. Assim, temos: 5. Promover a revalorização da identidade local; 6. Fazer dos jovens parceiros activos do/ no DL; 7. Implicar, envolver os cidadãos!; 8. Criar parcerias DL – instituições de Ensino Superior e Investigação; 9. Desenvolver uma Estratégia de Comunicação para o DL. Muitos dos meios considerados foram já encetados, pelo menos em parte, em diferentes momentos da vida da animar.

No Bloco C, faz-se uma simultânea avaliação crítica de uma governança limitada e um conjunto de propostas / exigências no sentido da independência das OIDL e da contratualização para a sua sustentabili-

15) V.V. no original, com o significado de “vice-versa”.

dade (que será a de todo o Terceiro Sector), segundo os títulos: 10. Definir as bases para o relacionamento com o Estado¹⁶; 11. Articular OIDL e poder local; 12. Construir a sustentabilidade das OIDL. Esta última inclui a exigência de medidas urgentes do poder político, “como a criação de um ‘Programa de Promoção do Desenvolvimento Local’ (...)”, mas também de acção responsável do âmbito interno das ADL: “(...) progressiva assunção, por parte dos animadores, de um papel mais activo no desenvolvimento de projectos e actividades relevantes, que criem o valor acrescentado suficiente para garantir a sua própria remuneração”.

Por fim, o Documento da Assembleia conclui – no último de seis parágrafos da secção intitulada “Um novo ciclo a partir de Tavira”, quase toda dedicada a um balanço sintético – com uma mensagem mobilizadora:

“Agora, a partir de Tavira, há que caminhar para a emancipação do movimento de DL, apostando num Estado-Parceiro, mais aberto e democrático, melhor organizado, com postura flexível e real capacidade para agir conjugadamente no e para o Desenvolvimento Local. E, no que só a nós respeita, há que afirmar um movimento de DL independente, socialmente responsável e desafiante, que construa passo a passo a inovação para o progresso dos cidadãos, gentes e territórios. Porque o desenvolvimento local é uma oportunidade de futuro!”.

Tal como foi reconhecido pela generalidade dos participantes, segundo palavras de responsáveis envolvidos no processo, a presença do Presidente da República, pela segunda vez neste tipo de evento, bem como do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (este na própria Assembleia), em representação do Primeiro Ministro, ajudaram a confirmar / pressupor o interesse público e nacional... pelo menos nesta forma de promoção do DL.

Aproveitando o ritmo, a Animar fez agendar no mês seguinte o “Encontro Participação e Cidadania”, na Assembleia da República

16) Neste âmbito, foi desenvolvido e aprovado na própria MANIFesta 2001 o documento “Bases para uma Plataforma: Estado – Movimento do Desenvolvimento Local”.

(Junho de 2001) e, numa breve antecedência das eleições legislativas de 17-03-2002, foi lançada a “Interpelação cívica ao novo poder político de Organizações dos Movimentos Cívicos”¹⁷, apresentada aos partidos concorrentes às mesmas, com difusão na comunicação social e nos meios internos de diferentes organizações. De acordo com a notícia em *O Público* de 8-03-2002 tratou-se, neste último caso, de fazer pressão organizada para colocar na agenda política “o reconhecimento oficial pelo Estado dos movimentos cívicos ‘que mobilizam os cidadãos, contribuindo contínua e solidariamente para a resolução dos muitos e diversos problemas das pessoas e territórios”:

“As instituições signatárias pedem mesmo que esse reconhecimento implique a recomposição do Conselho Económico e Social para o adaptar à ‘representação da sociedade civil organizada. Também o “relacionamento regular’ entre o primeiro-ministro e os movimentos cívicos, e a redacção de um ‘projecto de lei-quadro sobre os movimentos cívicos e as suas relações com os poderes públicos’ são propostos nesta carta. O documento sugere ainda a criação de uma sub-comissão especializada no Parlamento e de uma instância pública de recursos ao serviço dos movimentos cívicos, que funcione como ‘interlocutora e facilitadora de parcerias’, com uma ‘estrutura ligeira’ e ‘a máxima economia de meios possível”.

A notícia do *Diário Económico* do dia anterior precisa melhor e complementa o sentido da interpelação quanto à preconizada “instância pública de recursos”. Trata-se da necessidade de estabelecer um interlocutor público que “estimule e apoie os movimentos cívicos”, o reforço de programas específicos e a reavaliação dos mecanismos que “conduzem a demoras injustificadas e descontinuidades gritantes nos processos de financiamento” (cf. *ibid.*:269).

17) Organizada pela Animar, Cáritas Portuguesa e FPCCR (28-02-2002) e subscrita por quase 3 dezenas de organizações, na sequência do “Encontro Nacional de ADL – Participação ou asfixia da sociedade civil? A propósito do QCA III e das novas Iniciativas Comunitárias”, realização da Animar em 23 de Fevereiro (cf. Suplemento da Revista *Veze Voz* n° 76, Abril-Junho de 2002).

1.5. A MANIFESTA DE SERPA (2003):

O USO ESTRATÉGICO DA ANIMAÇÃO ANTERIOR

Apesar da mensagem mobilizadora do Documento da Assembleia de 2001 e dos esforços subsequentes, a falta de recursos / de disponibilidade dos directores para uma pressão e mobilização continuada facilitaram a ausência de resposta – e, de certo modo, de consideração dos responsáveis políticos – face à matéria mais estruturante das propostas colocadas.

Em mais um contexto de escassez de meios¹⁸, a quinta edição da *MANIFesta* realizou-se em Serpa, em Maio de 2003, sob a responsabilidade micro-regional de um consórcio constituído pela ESDIME, Rota do Guadiana, Terras Dentro e Alentejo XXI, para além da própria Animar. Tratou-se de um novo tipo de parceria, mais alargado, sendo a “Entidade Promotora Local”, no caso, formada por quatro ADL que conjugaram estilos, práticas, forças e capacidades diversas, numa das áreas mais deprimidas do interior do país¹⁹. O processo prévio implicou a consulta aos associados da rede Animar e a elaboração de um Caderno de Encargos onde ficaram definidos e regulados os critérios a que devem obedecer tanto as *MANIFesta* como as candidaturas à sua realização, valendo para esta edição e para as subsequentes.

Segundo um texto preparado para o Programa “Iniciativa” (RTP 2), dedicado à *MANIFesta* de Serpa (Sábado, 24-05-2003), o evento “reuniu mais de cento e cinquenta organizações do desenvolvimento local de todo o país, mil e quinhentos dinamizadores e vinte mil visitantes (...) num espaço regional não beneficiado por grandes vias rodoviárias e de muito baixa densidade populacional”. Adiante acrescentava-se que “a Assembleia da *MANIFesta*, reunida em Serpa em duas sessões realizadas, uma na manhã de 1 de Maio, ao abrir da *MANIFesta*, e outra a final, na tarde de 4 de Maio, reuniu ali mais de duzentos activistas

18) Em particular na transição entre os QCA II e III, com consideráveis atrasos nos pagamentos devidos por execuções do primeiro e demoras nas condições de arranque / execução do segundo, assim como das Iniciativas Comunitárias, se bem que em 2002-2003 a Animar passa a ter melhores instalações, um alargamento do corpo técnico e a gestão de vários projectos, nacionais e europeus.

19) Cf. <http://www.animar-dl.pt/manifesta/index.php>

dessas organizações. Mas, também, ela foi um processo em crescendo e activo de catorze participadas Assembleias Regionais que, do norte às ilhas, reflectiu e debateu expectativas, preocupações e caminhos para o desenvolvimento local em Portugal”.

O Documento da Assembleia começou por indentificar “o nosso percurso”, uma retrospectiva sumária sobre o movimento do DL e da cidadania activa, ligando-o às anteriores edições da *MANIFesta* e salientando a importância das Assembleias Regionais do “processo de Tavira”. Além disso, estabelece que “o documento aprovado na Assembleia de Tavira assume a figura de **agenda de trabalho do DL** em Portugal para os próximos anos (...). Quer no quadro interno do movimento, quer na sua relação com outros – movimentos sociais, população, universidades, Estado, etc. – poderíamos dizer que o documento de Tavira é uma reflexão conjunta e aprofundada sobre o trabalho que as OIDL consideram importante desenvolver, tendo em vista a sua própria avaliação, reforço interno, afirmação pública e desafios futuros” (realce nosso).

Prossegue, sobre “Serpa 2003”, indicando “o objectivo de aprofundar algumas das questões lançadas no documento de Tavira”, pelo que foram eleitos “dois temas essenciais” como “prioridades de debate e reflexão nacionais”: “Sustentabilidade e Financiamento das OIDL” e “Visibilidade e Comunicação do Trabalho das OIDL”. Sendo estes os dois subpontos de “A Nossa Reflexão”, o primeiro divide-se em “Reforço Externo do Movimento do DL” e “Reforço Interno das OIDL”. Pela concisão das “ideias-chave” desses subpontos, apresentadas de modo preambular, parece-nos relevante transcrevê-las:

- A afirmação do Movimento do DL passa, em primeiro lugar, pela crescente valorização e promoção de espaços de participação organizada dos cidadãos e das comunidades locais. Esta participação está na essência do DL, fundado em princípios de construção da cidadania e da solidariedade, e constitui a base segura para criar alternativas sustentadas que respondam a situações de fragilidade e exclusão social e territorial. **Sem o reconhecimento e envolvimento activo dos cidadãos e das comunidades, o DL perderá a dimensão central da sua missão e não terá sustentabilidade social e política.**
- A **visibilidade** do nosso trabalho é também garantia da sua sustenta-

bilidade. É factor de encorajamento, reforço da acção no terreno e mobilização dos cidadãos e comunidades. É base de reconhecimento pela sociedade. É instrumento de divulgação e transferibilidade dos nossos princípios e boas práticas. É, finalmente, **condição de afirmação social e política dum participado movimento do DL**. (realces no original).

O desenvolvimento das reflexões vem a traduzir-se numa identificação de condições necessárias específicas e das lacunas sociopolíticas existentes, a colmatar como projecto societário. Nesse sentido, a Assembleia de Serpa afirmou defender as seguintes propostas para o “Reforço Externo do Movimento do DL”:

- I. É necessário um trabalho de **defesa política e técnica do Movimento do DL** e das suas organizações e iniciativas, junto dos órgãos governativos nacionais e das instâncias europeias e internacionais. Inclusive, neste âmbito, propomos que a futura Constituição Europeia contemple um texto como “A União Europeia” e os Estados-Membros facilitem as actividades autónomas das Organizações Cívicas e Solidárias, quando dirigidas para o interesse comum, de acordo com o “princípio da subsidiariedade”²⁰.
- II. É imperiosa a **definição de uma Carta de Princípios de Relacionamento entre o Estado e as OIDL**, que clarifique esta relação. O estabelecimento de acordos entre o Estado e o Terceiro Sector **deverá assentar em princípios de co-responsabilização, consensualização e independência institucional**, não permitindo que as OIDL se

20) Este mesmo sentido veio a ser obtido com a Carta Europeia da Cidadania Activa – CECA (Active Citizenship Network - ACN / Cittadinanzattiva / FONDACA), publicada em 2006 em 10 línguas (cf. <http://www.activecitizenship.net/content/blogcategory/57/109/>), dirigida às Organizações Autónomas de Cidadãos (OAC) e aos responsáveis pelas instituições públicas, na sequência da participação da Animar no Projecto “Carta Europeia dos Direitos de Participação Cívica”, juntamente com instituições de outros dez países. A CECA inspira-se na Carta dos Direitos Fundamentais da UE e parte da existência de um paradoxo e de uma lacuna normativa: “O paradoxo é que os cidadãos e as suas organizações autónomas são normalmente solicitados para contribuir com recursos materiais e imateriais para preencher o “défice democrático” da União Europeia, sendo ao mesmo tempo subestimados e desrespeitados pelas instituições públicas. “O paradoxo está ligado a uma lacuna normativa: embora os documentos da UE contenham várias referências às actividades das organizações de cidadãos na cena pública, verifica-se uma total falta de textos de correlativo apoio legal, definindo os papéis, direitos e responsabilidades das Organizações Autónomas de Cidadãos, bem como as correspondentes obrigações das instituições públicas”.

transformem em extensões do próprio Estado ou alvo de manipulações marcadas por interesses alheios à sua missão.

- III. É necessária a **criação de contratos-programa entre o Estado e as OIDL**, com a definição clara de objectivos e responsabilidades. Estes contratos-programa devem permitir que as OIDL possam continuar a prestar *serviços de interesse público* às populações e que o Estado, reconhecendo esse interesse, *pague atempadamente essa prestação*.
- IV. Deve ser projectada a **criação de instituições mistas de concertação e de instrumentos fiscais e financeiros** (já existentes em tantos outros Estados-Membros da União Europeia) que regulem e *estimulem* a expansão e o funcionamento das Organizações Cívicas e Solidárias em Portugal.
- V. Deve ser manifestada, desde já, a vontade das OIDL em **participar no processo de preparação de futuros programas, nomeadamente, da negociação nacional do próximo Quadro Comunitário de Apoio** (...).
- VI. A especificidade das **problemáticas dos jovens**, as dificuldades das suas organizações e as potencialidades da sua intervenção, exige uma **atenção especial e formas continuadas de apoio técnico e financeiro** por parte dos organismos competentes.
- VII. É necessária uma **reorganização do território nacional** e a definição de zonas de intervenção prioritária, na defesa de áreas deprimidas que exigem continuidade na atribuição de fundos estruturais nacionais e comunitários (...).
- VIII. Para ajudar a concretizar as anteriores propostas, fortalecendo a capacidade de reivindicar e pressionar, deve ser equacionada uma política pró-activa de estabelecimento de **alianças com actores** exteriores ao movimento do DL, nomeadamente com as autarquias locais e suas associações representativas.

Para o para o “Reforço Interno das OIDL”, as propostas foram:

- I. Que **cada OIDL reflecta e faça o balanço das suas competências** em matéria de produção e prestação de serviços (...). Esta reflexão poderá ser feita individualmente e em conjunto pelas OIDL numa perspectiva de trabalho em *cooperação mais estreita*.

- II. Que as OIDL fortaleçam esta valência de prestação de serviços através do **estabelecimento de parcerias estratégicas territoriais** (...), num quadro que é de concorrência e competitividade.
- III. Que as OIDL apostem na **formação dos seus técnicos** em áreas potenciais de prestação de serviços: formação permanente, gestão, planeamento e avaliação, turismo, organização de eventos, produção de páginas Web e outros conteúdos informativos e prestação de consultorias especializadas, entre outros.
- IV. Que se **organizem encontros regionais**, no período que medeia as *MANIFestas*, que contribuam para o fortalecimento e cooperação entre as OIDL, e destas com outras organizações locais e regionais, assim como para a divulgação do seu trabalho. Estes encontros deverão conter também uma vertente de **Feira de Serviços**, no sentido de *informar a região* e as suas entidades sobre os serviços disponíveis, a que podem recorrer sempre que necessitem. Este seria um meio de criação, afirmação e divulgação de uma nova imagem das OIDL, e de possível estabelecimento de **plataformas regionais** constituídas por estas organizações e iniciativas.
- V. Neste quadro de estratégia de sustentabilidade, é ainda fundamental que **as OIDL integrem e participem activamente nas plataformas locais e regionais de planeamento, concertação e gestão**, tais como: Redes Sociais, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Regional Agrário, Órgãos Consultivos das Comissões de Coordenação Regional.

A proposta IV remete para uma problemática realçada no ano seguinte por António Covas (cf. Moreno, 2004), referindo-se ao “défice” da Animar por ser ainda sobretudo uma organização associativa de 3º grau, apesar dos passos dados para tentar afirmar a sua dimensão de 2º grau (plataformas regionais / mobilização inter-local), já que as organizações de 2º grau – na qualidade de OCS com perspectiva territorial – são necessárias para aprofundar a base democrática de uma pretendida Coesão Económica e Territorial, evitando a restritiva “municipalização do desenvolvimento”...

No que diz respeito à visibilidade e comunicação do movimento do DL, a Assembleia de Serpa apresentou as seguintes propostas:

- I. Que cada **OIDL defina a sua própria estratégia de comunicação, valorizando as suas iniciativas e projectos** (...), tornando o DL mais próximo e compreensível do público e das instituições.
- II. Que invistam numa cooperação mais regular e sistematizada com os órgãos de informação, considerando-os **como parceiros e aliados estratégicos**.
- III. Que promovam a **formação dos seus técnicos na área da comunicação e informação**.
- IV. Que equacionem **mecanismos diversos de relacionamento com os órgãos informativos**, tais como: estabelecimento de *relações pessoais* com os *jornalistas*, criação de áreas / departamentos de comunicação dentro das OIDL, encontros regulares com órgãos informativos, envio de informação sistematizada, emissão regular de boletins informativos para as várias instituições da região.
- V. Que promovam **debates, seminários, oficinas de trabalho** com órgãos de comunicação social, delegações regionais dos vários ministérios, autarquias, universidades, empresas, tendo em vista aproximar o DL das instituições e da população portuguesa.
- VI. Que reforcem **a troca de informação entre si** e com os seus territórios, nomeadamente através de encontros regulares, à imagem do que foi proposto no ponto relativo à sustentabilidade.
- VII. Que privilegiem a **relação do DL com os movimentos sociais**, nomeadamente, os ligados aos Fora Mundial, Europeu e Português.
- VIII. Que desenvolvam iniciativas dirigidas para o **intercâmbio entre teoria e prática**, estabelecendo **parcerias com centros de investigação**.

Nesta matéria da visibilidade, a edição de 2003 do “Guia das OIDL” (Moreno et al., 2003), um instrumento subsidiário desse objectivo que já se previa no âmbito da “avaliação do DL” pensada em 1998 e reafirmada em 2001, apenas teve resultado prático no início de 2004 e com algumas limitações, sobretudo decorrentes da base essencialmente voluntária do trabalho envolvido.

Algumas das linhas finais do Documento – sobre o “Depois de Serpa” – vão no sentido de apelar à Animar, às entidades promotoras locais e a todas as OIDL, para seis medidas de actuação cujo sentido

essencial não foge do já exposto e do aproveitamento consequente da reflexão de Serpa. Salientamos apenas um aspecto, que se refere a “proceder ao levantamento de novas temas de debate e frentes de actuação do movimento”.

A *Declaração de Serpa*, sob o título “Com o Desenvolvimento Local – superar a crise e construir o futuro”, iniciada com um discurso apelatório, “de força e legitimidade”, possui uma mensagem assertiva de exigência de condições para as OIDL, resumindo o essencial do Documento da Assembleia. No entanto, ao contrário deste, não há referência às OCS. Adiante (ponto 4) abordaremos as aparentes contradições envolvidas no uso destas siglas e correspondentes expressões.

1.6. AMBIÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DE DESAFIOS EM TORNO DA MANIFESTA DE TRANCOSO (2005)

O processo de preparação da *MANIFesta* de 2005 trouxe algumas iniciativas associadas e que nela se projectaram. De facto, no ano de 2004, para além de numerosas diligências no âmbito dos Projectos em curso²¹, decorreram as “Comemorações dos Dez Anos (d)a Animar”, implicando vários eventos que se somaram às mobilizações regionais da *MANIFesta*. Desses, destacamos o Seminário Desenvolvimento Local – Que Futuro Queremos? (10-07-2004, S. Torcato, Guimarães - Org. Animar e ADCL, esta no âmbito da “Feira da Terra”) e o Encontro Nacional de ADL, subordinado ao tema “Os Novos Desafios do DL” (27--11-2004, Santarém, CNEMA)²². Este Encontro decorreu com a realização de três mesas simultâneas:



21) Designadamente os... “Convergências – Comunicar para Valorizar”, em parceria nacional com a Cáritas Portuguesa (EQUAL, 2002-2004); “(Des)envolver em Rede” (Pequena Subvenção POEFDS, 2003-2005); “Acordo IEF/Animar” (desde 2002); “As Dinâmicas Socioeconómicas dos Espaços Rurais do Continente Português”, em parceria com o ISA e o INIAP (2004-2006); “Inscrever os Direitos Fundamentais da União Europeia nos Muros das Cidades”, em parceria com o CIEJD e a Assoc. Inscire (2004-2005); “e-qu@lificação – Capacitar para Inovar”, com parcerias várias (EQUAL, 2004-2005); “+Iguuldade: Desenvolvimento Local Rumo à Mudança”, com parcerias várias (Pequena Subvenção CIDM, 2004-2005)...

22) As informações sobre estes eventos podem ser apreciadas nos Suplementos dos Boletins *Vez e Voz* n° 84 (Out./Nov.2004) e n° 85 (Jan./Maio 2005), neste caso apenas sobre a *MANIFesta* 2005.

- 1) MANIFesta 2005;
- 2) Perspectivas e Propostas para o próximo QCA;
- 3) Relacionamento Estado / OIDL: bases para uma Plataforma de Relacionamento.

Em qualquer destas mesas foi recuperado e revisto o acervo de pensamento estratégico da Animar já reflectido nas edições anteriores da *MANIFesta* e noutros momentos. Por exemplo, a “Interpelação Cívica ao Novo Poder Político de Organizações dos Movimentos Cívicos” é matéria da Mesa 3, vindo a dar origem à retoma do documento de 2002 (atrás mencionado) e que virá a ser subscrito por mais de 60 organizações em inícios de 2005, com transposição para a *MANIFesta*²³. Também no âmbito da Mesa 3 foi discutido um texto que deu origem à redacção do documento de trabalho “Estado – OCS/OIDL: bases para o debate sobre uma Carta de Relacionamento” (Cristóvão et al., 2005), finalizado depois de enriquecido com contributos do evento e com elementos decorrentes do processo da *MANIFesta 2005*. Embora nos escape o registo da sua eventual publicação, infelizmente (dada a boa qualidade e pertinência do conteúdo), as respectivas matérias vêm a encontrar-se, por exemplo, em boletins *Veze Voz* (ex.: n.º 88, Jan./Fev. 2006, e no seguinte, na abordagem de Monteiro, 2006). Em concreto, os principais itens são: 1. Enquadramento global: a Sociedade Civil no contexto da globalização; 2. A Animar e a luta por uma Carta de Relacionamento; 3. O que se passa noutros países da UE; 4. O que propomos (inclui “Reflexões gerais para a mudança necessária”, “Caminhos para a organização do Terceiro Sector e a sua relação com o Estado”, “Princípios gerais do relacionamento Estado-OCS/OIDL” e “Matérias específicas a inserir numa Carta de Relacionamento”); 5. Referências Bibliográficas.

23) De facto, este documento, cujos subscritores “cobrem praticamente todos os sectores da sociedade civil organizada com incidência social, cívica e solidária”, mereceu por parte da direcção da Animar a remissão para “um debate alargado” da *MANIFesta 2005*, “aberto aos subscritores e a quem mais desejasse participar”. Na Assembleia convocada para esse fim – no Dia da Democracia Participativa e do Desenvolvimento Local (27 de Maio) – propôs-se a criação de um Fórum da Intervenção Cívica, integrando os subscritores e futuros aderentes, tendo como documento fundador a “Interpelação Cívica...” e como objectivos aqueles que nela se encontram propostos. A ideia foi acolhida favoravelmente (...)» (*Veze Voz* n.º 86, Junho/Agosto de 2005, p. 7; realce no original).

No que diz respeito à mesa 2, as conclusões agruparam-se segundo “mensagens para fora” e “mensagens para dentro”. As primeiras afirmam cinco tipos de necessidades. Em primeiro lugar, “reconhecer o papel das OIDL”, que deverão ser as “protagonistas centrais das políticas de Desenvolvimento Local e Social”, sujeitas à “avaliação do trabalho feito”, com implicação na “continuidade às boas iniciativas (LEADER, etc.)”. Em segundo, sob o lema de “simplificar e flexibilizar”, propõe-se “reduzir o número de programas e de medidas no QCA” e “flexibilizar a sua gestão”. Em terceiro, sob o título “Subsidiariedade: Regionalizar e Participar”, conceber “programas regionais” na fase de programação, “gestão desconcentrada ou descentralizada” na de implementação e “PARTICIPAÇÃO (ex. *fora* regionais e locais, Agenda 21 locais, etc.)” em “todas as fases e a todos os níveis”. Em quarto, a “contratualização”, referindo-se ao “apoio a planos estratégicos definidos pelas OIDL e contratualizados com elas”. Por fim, a “inovação financeira e sustentabilidade organizativa”, passando pela existência de um “FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL (Pena-macor 95, Amarante 98)”, que contemplaria um “Fundo de Garantia Pública do Micro-crédito”, o “co-financiamento público, a fundo perdido, dos planos estratégicos das OIDL, no que eles tiverem de produção de bens públicos” e “incentivos fiscais às contribuições privadas voluntárias para o Desenvolvimento Local e Social”.

Os contributos da Mesa 2 terminaram com três “mensagens para dentro”: 1) “precisamos mudar de atitude (...) porque os tempos são de mudança”, o que obriga a **mais...** “qualificação profissional”, “capacidade de planeamento estratégico” e “democracia interna”; 2) será preciso “mais esforço e mais eficácia na promoção da visibilidade e do reconhecimento público das OIDL”, apresentando “resultados, casos concretos de bons exemplos de OIDL”, participando e promovendo “estudos sobre a importância das OIDL, em termos agregados” e fazendo por “não perder por falta de comparência”, ou seja, procurar estar no sítio certo, na hora certa, onde e quando se discutem e decidem [as] questões (...); 3) “Daqui para a frente deve ser proibido entre nós usar o termo SUBSÍDIO para referirmos o apoio público às OIDL”, já que não se trata de “subsídios” mas sim de “PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS prestados pelas OIDL com a natureza de bens públicos».

Quanto à mesa 1, as suas conclusões projectam o **tema central da MANIFesta 2005 – os “Produtos do DL”** – na sequência de uma sugestão da organização local do evento, a Associação Raia Histórica e, como entidade pública de empenho indirecto, a Câmara Municipal de Trancoso. Entre os membros da Animar, rapidamente se assumiu que os Produtos do DL compreendiam as vertentes “Material” e “Imaterial”, dando lugar a uma intensa exploração desta segunda dimensão: segundo José João Rodrigues, “são os processos e as metodologias (...), são também as organizações, as OIDL, as ADL, as MANIFesta, a Animar, a lista DLR, etc.” (*Veze Voz* n.º 85, 2005 – Suplemento, p. 14). Embora salientando que muitos dos produtos (envolvendo formas de cooperação e parceria, em diferentes sectores e territórios) não surgiram só com o DL, o mesmo autor (relator da Mesa 1) sublinha que vieram a enriquecê-lo e valorizaram-se por isso, interactivamente. Entre outros, menciona exemplos dos domínios da cultura, da economia, de distintos tipos de educação e investigação, de diferentes graus de ensino, inclui o aprofundamento da democracia e o *empowerment* e, ainda com particular interesse, o exemplo de uma política pública “contagiada pelo DL” (combate ao assistencialismo) – Programa Rede Social – a propósito de a Animar estar então a organizar, com o ISS.IP, vários Encontros Regionais de Conselhos Locais de Acção Social (CLAS).

Com inspiração nas discussões e nas conclusões destas mesas, foi concebida a ideia de desenvolver, num processo *bottom-up*, um Plano Nacional de Desenvolvimento Local (PNDL), consistente com o pretendido “Fundo de Apoio ao DL”. No entanto, as linhas mestras do seu desenho conceptual vieram também a aproveitar algumas ideias já antes utilizadas no Parecer da Animar sobre a primeira versão da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS – 2005-2015)²⁴. As reflexões para este objectivo não deixaram de ser promovidas, no âmbito das nove Assembleias Regionais (AR) da MANIFesta 2005²⁵, tendo as metodologias participativas utilizadas permitido obter alguns resultados

24) Cf. Suplemento do Boletim *Veze Voz* n.º 85 (Jan./Maio 2005), pp. 1-3.

25) Cf. [www.animar-dl.pt/gestao/upload/manifesta/files/20070503_55_Convocatoria paraasAssembleiasRegionais.pdf](http://www.animar-dl.pt/gestao/upload/manifesta/files/20070503_55_Convocatoria%20paraasAssembleiasRegionais.pdf), a título de exemplo.

em termos de identificação de problemas e propostas de domínios de intervenção, por parte de todos os presentes²⁶.

Não obstante o relativo interesse destes contributos, não foi possível desenvolver uma interacção e uma articulação entre as ideias configuradoras do PNDL preliminarmente gizadas e esses contributos das AR – ainda que insuficientes para o efeito –, de modo a ter um documento de planeamento prévio que pudesse vir a dar lugar a um correspondente Programa Operacional de Desenvolvimento Local (PODL). De facto, o próprio texto de arranque do PNDL considerava que o Plano pressupunha o “Enquadramento numa Carta de Princípios para o relacionamento entre o Estado e o sector cívico e solidário (...)”²⁷, pelo que a viabilidade desse Plano passaria por uma participação e concertação de base mais alargada, envolvendo outros representantes da sociedade civil de vocação solidária – como os que subscreveram em Janeiro de 2005 a “interpeção cívica dos Movimentos Sociais ao novo poder político” – e do Estado. Assim, a inconsequência pode também ser atribuída em boa parte à habitual falta de recursos – incluindo necessariamente o tempo e a cobertura dos poderes públicos²⁸ – para a construção multiparticipada desse potencial Plano, que exigiria algum ritmo de trabalho qualificado, de intensa dedicação específica, em princípio com uma equipa de mediação em modo *task-force* e preparada para numerosos contactos e deslocações.

O Documento da Assembleia da *MANIFesta 2005* (Maio de 2005), intitulado “Participar para a Inclusão Social e Territorial”, começa por referir, na Introdução, que as conclusões desta assembleia foram fruto de vários debates e AR, centrando-se “sobretudo nas matérias que ganharam acuidade neste processo da *VI MANIFesta*, de Trancoso”. Tal é

26) Totalizando mais de três centenas de participantes título individual e representantes de 164 entidades colectivas.



27) Assim como o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) foi possível de implementar no contexto das decisões políticas na UE decorrentes da Cimeira de Lisboa de Março de 2000, implicando um Método Aberto de Coordenação (cf. documentos em www.pnai.pt).

28) Cujos responsáveis poderiam/poderão ter encontrado na ténue ideia do PNDL alguma pretensão de imatura impertinência e de objectivos redundantes com os do PNAI; por outro lado, a concepção estatal e as concepções dominantes de “território” afastam a sociedade civil de mecanismos que possam traduzir-se em formas autónomas de condicionar o mesmo (governação que fuja a todo o controlo estatal)..

justificado dando “como adquiridos os documentos, teses e declarações que foram produzidos nas anteriores edições da *MANIFesta*, o que significa que as Teses de Amarante, Tavira e Serpa se devem juntar a [esse] texto como parte integrante da documentação de referência do Movimento do Desenvolvimento Local (MDL)”. A Introdução termina anunciando desde logo a solução algo “pragmática” para contornar as dificuldades envolvidas na sonhada “Carta de Princípios”: “esta realidade traduz-se na existência de uma matriz em que a defesa da autonomia, credibilidade e produtividade no MDL exige, para a sua afirmação, um Quadro Estratégico de Relacionamento com o Estado, sujeito a contratualização, estabelecendo deveres e direitos claros e efectivos”.

Neste contexto, depois do ponto “1. Os problemas e as necessidades: pessoas, territórios e organizações”, de identificação sumária (menos de 2 páginas) de problemas que permaneceram e novos que surgiram, vem a parte que privilegiamos na nossa abordagem, no ponto “2. Mobilizar a memória para construir o futuro”. Aqui, no subtítulo “A experiência do financiamento do DL”, propõe-se que “os instrumentos de apoio e de fomento estejam formatados debaixo de um só *Quadro Estratégico, com uma Entidade Governamental interlocutora* que coordene as relações com as organizações”. Servindo de referência para esse Quadro Estratégico, seriam de considerar as experiências positivas da primeira geração dos Programas ILE, bem como os LEADER, Recuperação de Centros Rurais (PPDR-QCA II), PIPPLEA (Programa de Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo – POEFDS, Eixo 5 / Pequena Subvenção Global), EQUAL, Rede Social e Agenda 21 Local. Considerava-se aí que mesmo as insuficiências e outros problemas encontrados com estes últimos instrumentos deveriam ser positivamente aproveitados, na medida em que as avaliações permitem conceber formas de intervenção estratégica que incidam na redução dos pontos fracos e das ameaças, potenciando também os pontos fortes e as oportunidades. Portanto, Quadro Estratégico de Intervenção ou PNDL & respectivo Programa Operacional, a forma seria menos importante que a substância.

No segundo subtítulo do mesmo ponto 2, mostram-se o que são “os Produtos do Desenvolvimento Local”, ou resultados, que “precisam



de ser continuamente aprofundados constituindo-se *como balizas para a definição do Quadro Programático flexível, integrado, multi-temático e de longo prazo*”: um movimento; pessoas e organizações; actividades que passam a assumir uma perspectiva territorial; novas concepções de território que viabilizaram uma nova “partilha de governo”; uma nova valorização das artes e ofícios tradicionais; a integração do DL e da animação na educação e formação, em diversos níveis e áreas de ensino; novos exercícios de cidadania e *empowerment*; a valorização da identidade rural e do interior enquanto promotores da auto-estima, relacionabilidade e iniciativa; novas oportunidades e experiências de desenvolvimento com população antes excluída, construindo alternativas próprias de uma Europa solidária; melhor participação dos actores da sociedade civil no diagnóstico e planeamento dos territórios, para o investimento público e privado, gerindo mesmo instrumentos para o Desenvolvimento e formulando propostas.

No ponto 3 – “A Animar e o processo *MANIFesta*” – mostra-se o sentido de uma “dinâmica encetada” que tem “progredido a pulso e com dificuldades, na mesma medida de uma democracia jovem, fortemente moldada por uma história nacional de organização centralista e condicionada por processos elitistas, hierarquizantes e de exclusão”. Fazendo alusão ao anterior percurso de desafio cívico e político, e marcando essencialmente o caso da *MANIFesta* de Serpa, o texto reforça a pertinência da “mensagem de Trancoso”, concluindo ser “necessária uma (i)nova(dora) atitude dos actores do desenvolvimento local: trabalhar em rede, competindo e cooperando, recriando uma rede de territórios que sabiamente rentabilizem *as complementaridades dos locais*, contribuindo para um país mais coeso e solidário”.

O Documento da Assembleia prossegue, no ponto 4 (Contributos para um Quadro Estratégico de Intervenção para o DL) propondo “uma figura inovadora, com significativo carácter imaterial” para dinamizar o DL, definida em sete pontos, quanto a: **a)** Carácter (flexível, integrador e inovador); **b)** Finalidades (fomentar a coesão, a inclusão social e territorial, o bem-estar e a qualidade de vida numa perspectiva de interesse geral; dinamizar as economias locais, promover a competitividade solidária e sustentável e continuar a incentivar a afirmação da excelência

dos lugares; **c)** Objectivos (contribuir para a “fertilização cruzada”, em rede, que permita capacitar interactivamente os actores/organizações (...); **d)** Níveis (nacional, de natureza mais global e integradora, da iniciativa da Animar e de outras redes; regional / local, com carácter mais específico, da acção de actores locais, públicos e privados, em cooperação); **e)** Metodologia (... partir das numerosas práticas bem sucedidas; articular programas, territórios e pessoas, aplicar as metodologias de investigação prática (investigação-acção e participativa), avaliação contínua e participada, qualitativa e quantitativa); **f)** Grandes Linhas de Acção - Dinamização das economias e do emprego locais; Promoção do desenvolvimento sustentável e de estratégias de gestão participada do território; Promoção da cidadania activa; Valorização da igualdade de oportunidades; Animação da rede e qualificação das organizações; Formação para a liderança, iniciativa e empreendedorismo, sem dispensar a utilização das tecnologias de informação; Promoção da informação e comunicação intra e transterritorial; Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local; **g)** Modalidades de concretização – contractualização com o Estado, gestão local / regional e nacional.

O Documento conclui, no ponto 5 (Desafios a partilhar) com o necessário “envolvimento dos diferentes actores sociais e institucionais – associações e outras colectividades, Estado Central (relevo a dar aos organismos desconcentrados regionais) e Local, Escolas, Universidades, Empresas, etc.”, sem deixar de estimular “o protagonismo das organizações cívicas e solidárias (OCS), aquelas que promovam uma cidadania activa e responsável e que participem activamente para uma governança integrada (...)”. Devido a essa necessidade de “envolvimento e articulação múltipla”, considera-se que “o Quadro Estratégico tem de ser construído segundo um processo que aprofunde a valorização democrática e, portanto, não se sujeite à mera estreiteza tecnocrática, mais vocacionada para a preparação de processos de crescimento que de desenvolvimento, necessariamente humano”.

A *Declaração de Trancoso*, apresentada em 29-05-2005, é talvez aquela que mais fielmente traduz o Documento da Assembleia, pois sintetiza-o de forma clara. No entanto, figura no seu final a “**Agenda de Trancoso**”, declaradamente assumida pelos subscritores da Declaração

como “compromisso prioritário para promover o desenvolvimento das pessoas e territórios”. Numa forma abreviada do seu conteúdo, transcrevemos os termos do compromisso:

- Empenharmo-nos na formulação e promoção de políticas activas de discriminação positiva, dirigidas a pessoas e territórios, rurais e urbanos, em risco ou situação de exclusão (...).
- Assumir a necessidade de uma nova atitude de intervenção das OIDL, que corresponda aos actuais desafios da economia global (...).
- Trabalhar desde já a formulação de propostas que conduzam a um novo relacionamento da sociedade civil com o Estado, consubstanciado na assinatura de uma Carta de Relacionamento e na definição de um Quadro Estratégico que permita a contratualização com as OCS.
- Estudar um enquadramento jurídico e fiscal das OCS que reconheça as especificidades destas entidades prestadoras de serviços de carácter público.
- Apoiar as economias locais através de a) adequação do quadro legal; b) apoio técnico à produção e escoamento dos produtos locais; c) criação e dinamização de instrumentos financeiros de base local, articulando autarquias, empresas e instituições financeiras.
- Criação do estatuto do micro-empresário, que reconheça a sua especificidade e importância para as economias locais.

2. O CAMINHO DA VII MANIFESTA, DEFINIDO POR UMA REDE FRÁGIL E POUCO APOIADA

Nos anos de 2005 e 2006, antes e após a *MANIFesta* de Trancoso, a Animar sentiu acentuar-se uma certa crise que já ameaçava desde 2003, com o final de vários projectos que permitiram animar o MDL em algumas frentes, ao mesmo tempo que se mostrava débil, pouco consistente e inconsequente a pressão junto do governo para obter deste respostas favoráveis aos desafios lançados nas sucessivas edições da *MANIFesta*. Uma das respostas necessárias significaria uma cultura política de melhor diálogo, confiança e *accountable flexibility*, mas isso iria em contracorrente com os apertos tecno-burocráticos e financeiros

consonantes com um “discurso da eficiência”, em contexto de restrições orçamentais na UE e em Portugal. Adoptando uma orientação excludente, pela valorização da produtividade e da competitividade assente nos bens e serviços transaccionáveis, assim como pelas (des)concentrações estratégicas – as que propiciam massa crítica e economias de escala e de transacção, com o apoio do desenvolvimento e expansão das NTIC – o governo mostrava-se pouco sensível a “discursos da legitimidade” e da “eficiência social dinâmica”²⁹, que não apresentariam maiores efeitos visíveis no ciclo governativo (com impactes de relevo potenciável na comunicação social e na percepção pública de maior abrangência) do que aqueles “garantidos” pelas soluções de *mainstreaming* e de “convencional” resposta estruturada às maiores pressões demográficas, económicas, políticas e territoriais³⁰.

Não obstante, o programa do XVII governo constitucional – finalizado no primeiro trimestre de 2005, antes da *MANIFesta* de Trancoso – não deixou de incorporar princípios caros à Animar (tal como certos associados individuais da Animar fizeram parte de governos do PS). De facto, no título “Estimular comportamentos mais exigentes por parte das entidades públicas, cidadãos e agentes económicos” nesse documento encontramos, por exemplo, referências à “sensibilização dos cidadãos e dos diversos agentes para a importância de uma cultura de território”, à “promoção e regulação de novas formas de participação cívica, nomeadamente baseadas em práticas de proximidade” e ao “lançamento de um programa experimental orientado para a ‘animação e sensibilização local’³¹. Não cabe aqui fazer uma apreciação à maior ou menor tradução consequente destes conteúdos programáticos, salvo dizendo que não houve participação e

29) Cf. Moreno (2005), trabalho que inclui (no Apêndice 2) a apresentação preliminar (Maio de 2005) do PNDL e onde se utiliza a expressão “Organizações de Desenvolvimento Local e de Intervenção Social (ODLIS)”.

30) Maiores pressões – com as respostas possíveis dos instrumentos e processos de planeamento público implementados – porque advindas das maiores concentrações urbano-industriais em crise e de população com problemas (incluindo dos sectores profissionais ameaçados, levando a posições reactivas e de força dos representantes), dos interesses dos maiores grupos económicos e financeiros, dos interesses político-partidários instalados, etc.

31) Em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ProgramaGoverno/Pages/programa_p000.aspx (acedido em 17-08-2009).

envolvimento da dimensão “sociedade civil” aos níveis almejados pela Animar. O próprio acordo de Cooperação IEFP/Animar, ao abrigo do qual processos formativos viabilizaram a preparação das edições da *MANIFesta* de 2001 e 2003, envolvendo a participação de novos actores, foi interrompido em 2005 e 2006. Vindo a ser retomado para 2007-2009, não evitou consideráveis problemas organizacionais e humanos numa estrutura bastante solicitada por parceiros e nós da rede nacional.

Para além deste acordo, foram sendo conseguidas, na prática, por via de concursos, soluções de contratualização para objectivos de valorização socioterritorial (com dificuldades e atrasos), mas com carácter avulso e de enquadramento nas formulações padronizadas de (algum tipo de) dependência estatal, sem almofada de recursos para a inovação social experimental e crítica na perspectiva do DL das OCS. Mesmo os projectos no âmbito do Programa EQUAL não deixavam de implicar conformidade a orientações pré-estabelecidas de um sentido utilitarista normalizado em políticas públicas, naturalmente também implicado nas condições institucionais da avaliação dos projectos da Iniciativa Comunitária. Como vem a referir Pedro Soares, após a *MANIFesta 2009*, “os programas são crescentemente castradores, quer através de um Estado que se coloca frequentemente como única entidade elegível, quer mediante a imposição de orientações rigidamente predefinidas ou pelos valores ínfimos destinados ao funcionamento das associações”³².

Estas condições criaram algum descontentamento e desmotivação no seio da própria Animar, tanto mais que os seus membros estavam também sujeitos a pressões acrescidas dentro das suas entidades empregadoras, impossibilitando a dedicação de (sobre)trabalho voluntário de regulação e mobilização estratégica para a rede Animar. Assim, a par de algumas desilusões de origem externa, factores internos de cansaço e mal-estar obrigaram ao prolongamento do mandato da direcção da Animar eleita em 2003 (faltava a disponibilidade para a constituição de lista(s) para os órgãos sociais do mandato subsequente). Estando a Animar fora do CES, procurava exercer a sua influência com audiências

32) “MANIFesta 2009”, Artigo publicado na Gazeta da Beira n° 546, de 15 de Junho de 2009.

a membros do governo e na interlocução para o planeamento socioterritorial, quer em termos de aparente negociação³³, quer participando em formas de auscultação pública de instrumentos essenciais, como foi o caso da contribuição para o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), em Agosto de 2006³⁴.

33) Neste contexto, apesar do entendimento entre a Animar e a Federação Minha Terra, que se verificava em 2005, no sentido de as duas entidades partilharem os instrumentos de pressão (documentos preparatórios) pensados para a elaboração do PNDL e do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural, não havia qualquer acolhimento por parte do sistema de planeamento para projectos socioterritoriais complexos e “excêntricos”. As mais fortes tentativas de fuga a condições aparentemente consolidadas até partiram (embora em sentido inverso do pretendido) do planeamento central, como foi o caso da pressão para a redução de custos com os “territórios LEADER”, alegadamente demasiados porque alguns não teriam massa crítica... Esta pressão acabou por não ter consequência devido à forte oposição argumentativa de todos os protagonistas em prol da equidade socioterritorial e da manutenção das condições que explicaram o “valor acrescentado” do Programa LEADER.

34) Esta caracterizou-se sobretudo por apreciações positivas. Não obstante, a dimensão crítica e propositiva incluiu os seguintes aspectos (adiante, OT é usado como sigla de Ordenamento do Território). Na “Apreciação geral do documento”, referem-se “lacunas pontuais, em particular quanto a objectivos específicos de valorização dos processos de activação social para um OT mais participado e durável”. No domínio da “Apreciação do Relatório” (C), no ponto C.2. Organização, Tendências e desempenho do território, aponta-se que na “Agricultura e ordenamento dos espaços rurais” há demasiado centramento “na agricultura, nas explorações, na funcionalidade com base na terra, praticamente menorizando o rural não-agrícola”, isto quando “apenas uma parte menor da população” do meio rural vive directamente da agricultura. No C.3. As Regiões: Contexto e Orientações estratégicas, é indicado, a propósito de “promover novas formas de governabilidade e governância (...)”, que isso “deverá ter incidência em todas as regiões e não apenas naquela com o “estatuto (...) de região competitividade e já não de convergência”. Em todos os casos, há que promover alguma convergência interna, atenuando os contrastes de (*dis*)empowerment, para que a competitividade se possa sustentar (a “competitividade solidária dos territórios” é também dos micro-territórios, para a sustentabilidade...). Quanto à “Apreciação do PROGRAMA DE ACÇÃO”, em D.1. Programa das políticas, a Animar considerou que “a aplicação da dimensão horizontal do princípio da subsidiariedade deveria estar explícita” (estando apenas implícita a dimensão vertical no Objectivo Estratégico (OE) 6.2), em termos gerais, de modo a garantir “o favorecimento das articulações público-privado (diferentes formas de participação activa e de co-responsabilização) para o cumprimento dos diferentes OE”. Em D.1.6. Objectivo estratégico 6, foi também considerado que “no OE 6.3 (mas supondo articulação com o 6.4 e não só), uma nova Medida Prioritária deveria ser contemplada: Estimular a organização intra-regional e inter-territorial da sociedade civil orientada para serviços de interesse público/geral, no sentido de promover a participação qualificada desta – em parcerias e em redes – no processo de valorização/ordenamento das áreas de baixa densidade relacional. A Rede Social não é suficiente e a A21 Local, sendo mais ambiciosa, é demasiado contida, não favorecendo a geometria variável de uma territorialidade multiparticipada, a construir socialmente, em diferentes escalas, com processos de investigação-acção ou participativa, em complemento da investigação tradicional (ex.: para valorização das relações urbano-rural). Trata-se de promover uma activação social cívica e solidária para maior co-responsabilização dos actores/organizações na estruturação do território, designadamente participando na definição do conteúdo e das principais opções dos instrumentos de gestão territorial...”.

Para além da debilidade das OCS com finalidades socioterritoriais, os factores de limitado sucesso na consecução dos propósitos da Animar podem talvez ser esquematizados em três dimensões: 1) em meio rural, a pressão dominante tem traduzido o peso e a resistência do sector agrícola, o qual não propicia a densificação de território (cf. Baptista et al., 2003; Baptista, 2003; 2006); 2) o sentido público de território é o de domínio do Estado (organismos do Estado central e autarquias), pelo que é vista como potencialmente perigosa qualquer forma de controlo territorial (planeamento e gestão) da *res publica* por parte da sociedade civil, salvo nos limitados mecanismos de governança previstos na Lei; 3) a função de solidariedade é essencialmente reconhecida em entidades como as IPSS, entre outras identificadas com o Terceiro Sector (cf. Franco, 2005; Franco et al., 2005), deixando o DL como um domínio de sobreposições, de difícil definição. Esta situação explica a dificuldade em ultrapassar várias barreiras, no sentido da assinatura de uma Carta de Relacionamento entre o Estado e as OCS – segundo José Brás³⁵ – “quer pela dificuldade de encontrar o interlocutor certo no seio do Governo, pois são matérias que abrangem mais do que um Ministério, pelo que deveriam ser decididas a nível superior – Presidência do Conselho de Ministros; quer pelo leque e diversidade de Instituições que se incluem neste conceito de Organizações Cívicas e Solidárias, o que não facilita a conjugação de esforços para alcançar tal objectivo”. O mesmo autor acrescenta que “constitui um desafio à criatividade e engenho das Organizações de Desenvolvimento Local para dar mais este passo, e um desafio à coragem do Governo para levar à prática uma ideia de cooperação com a Sociedade Civil que, para já, se tem ficado apenas por palavras”.

2.1. UMA PREPARAÇÃO EM AMBIENTE CRÍTICO E DE IDEALIZADA “DESTRUIÇÃO CRIATIVA”...

O quadro de dificuldades (e alguma “desanimação”) em parte traduzido neste intróito de “caminho da VII MANIFesta”, explica que só no primeiro trimestre de 2007 uma nova direcção procurou encetar medidas de continuidade e fortalecimento da rede, contemplando uma edição

35) Ponto de Voz (Editorial) em *Veze e Voz* n.º88, Jan./Fev. 2006, em: http://www.animar-dl.pt/vezvoz/ver_artigo.php?id=68

da *MANIFesta* no Outono de 2007 e outra na Primavera de 2009. Contudo, o exercício do primeiro semestre de 2007 permitiu verificar a absoluta ausência de condições para uma *MANIFesta* neste ano, prevendo-se a sua realização em 2008, com a apropriada formalização do acordo de Cooperação IEFP – Animar, adequando-o ao processo de planeamento do evento. Este apoio foi conseguido, com os objectivos gerais de qualificação, inovação e qualidade do trabalho das associações de DL, mas implicando também a calendarização da “preparação e dinamização do processo Assembleia” entre Janeiro e Dezembro de 2008 e a “qualificação de agentes dinamizadores” entre Outubro e Dezembro.

Na prática, os fortes atrasos nas disponibilização das verbas afectas às actividades, a baixa eficácia dos circuitos financeiros, a falta de respostas da Unidade de Gestão (e algumas fora do tempo útil para a prevenção dos problemas), a capacidade limitada de tesouraria da Animar, a intensa e absorvente carga de burocracia, não adaptada a realidades carentes de flexibilidade, tornando viscosos, morosos e contra-productivos os procedimentos obrigatórios, foram factores que sobressaíram nos relatórios de execução inerentes ao acordo. Outros foram a “baixa médica prolongada de dois colaboradores”, o “défice de dinamismo das entidades da rede, motivado essencialmente por ausência/incerteza de novos projectos aprovados no âmbito do QREN” e “dificuldade no lançamento do processo *MANIFesta*”, pois a conjuntura económica desfavorável desencorajava o surgimento “de um consórcio e/ou entidade da rede Animar com capacidade financeira e motivação necessária para assumir este processo”.

Nestas condições, foi solicitada a extensão das actividades para 2009, depois de a mobilização da rede ter conseguido como resultado uma bem acolhida aposta da Associação para o Desenvolvimento de Peniche (ADEPE) e da Câmara Municipal de Peniche, na qualidade de entidades que integraram a Comissão Local Organizadora da *VII MANIFesta*, que veio a ter lugar em Peniche, entre 24 e 29 de Maio. Entre os mobilizadores da Animar, o “espírito do contexto” não deixava de transparecer no relatório para o IEFP do 2º semestre de 2008, terminado em inícios de 2009:

“(...) O que da primeira MANIFesta se afirmou como uma novidade, tornou-se pouco a pouco uma rotina, acabando na verdade por surgir

o evento, tendencialmente, como um certame, onde cada organização tinha a preocupação de mostrar um pouco do que ia fazendo.

“É um modelo que consideramos hoje esgotado e que acaba de facto por não nos dar conta dos preciosos contributos que as associações vêm dando em vários domínios do desenvolvimento.

“O interesse que hoje marca a Animar em ser (e dar corpo a) uma corrente de opinião e de acção alternativa no âmbito do desenvolvimento, de se afirmar como um porta-voz de causas fracturantes da sociedade portuguesa e de se estruturar como uma rede de redes territorializadas aponta para a utilidade e necessidade de potenciar o momento de visibilidade e vitalidade que constitui a MANIFesta, reformulando o seu figurino.

“Quer-se uma VII MANIFesta que surja como uma oportunidade:

- De se mostrar o contributo que as associações de desenvolvimento vêm dando para o sucesso de causas (ambiente, economia solidária, exclusão, etc.), o que deverá conseguir-se por recurso a pavilhões temáticos em que se torne evidente o que em cada domínio se vem fazendo pelo país a partir do local;*
- De se evidenciar os traços de identidade cultural das várias regiões por que se distribuem as associações de desenvolvimento;*
- De se dar visibilidade e voz às inquietações com que se debatem os vários técnicos e sujeitos de desenvolvimento, o que poderá conseguir-se por um “MANIFESTÁRIO”, onde livremente cada um se exprima;*
- De se reconstruir o pensamento estratégico de desenvolvimento local, reunindo as reflexões que em cada pavilhão temático se realizem e estruturando-se um programa de acção que perspective estrategicamente o desenvolvimento em cada uma das causas em que intervêm”.*

Naturalmente, este “articulado renovador” não deixou de corresponder ao resultado de algumas das sete Assembleias Regionais (AR) realizadas de norte a sul do Continente (Açores e Madeira não foram contempladas por falta de dinamizadores/as regionais nas ilhas), entre Janeiro de 2008 e Janeiro de 2009, envolvendo 52 entidades colecti-

vas e 98 pessoas individuais. Em particular, terá sido mais influente a segunda AR, realizada em Coimbra em inícios de Setembro de 2008, pois esta acção “foi enquadradora e de planificação geral do processo de Assembleias Regionais a serem coordenadas pelos/as dinamizadores/as regionais”, pelo que o grupo³⁶ “ajustou o cronograma de acção inicialmente previsto e elaborou um dossiê de apresentação da *MANIFesta* para apresentar às entidades a envolver neste processo” (idem). Por isso, nas terceira, quarta, quinta e sexta AR procuraram cumprir-se “os objectivos gerais previstos para estas sessões, designadamente: fomentar a participação das entidades regionais/locais no processo da *MANIFesta*, compreender se há uma entidade regional que possa transparecer para a *MANIFesta*, identificar as causas de desenvolvimento local que as entidades identificam a partir do diagnóstico do território e que podem estar representadas na *MANIFesta*, identificar os obstáculos que se podem verificar ao nível do processo de construção da *MANIFesta* e diagnosticar os recursos internos das entidades que podem ser levados até esta actividade” (ibid.). Além de se apurarem numerosos aspectos/temas a abordar, traduzindo endogeneidade, alternativa e inovação (não necessariamente nem frequentemente em simultâneo), registaram-se também as intenções dos participantes quanto à forma de representação no evento (mostra de projectos, processos e produtos; assembleias; seminários, debates e *workshops*; animação), com ou sem aluguer de *stand*.

Para além das AR, o processo-evento em preparação assentou na formação-acção de 15 pessoas (4 homens e 11 mulheres), entre Outubro de 2008 e Janeiro de 2009, “na sua grande maioria de jovens recém-licenciados, licenciados em situação de desemprego ou em estágio profissional nas entidades indicadas como responsáveis neste processo, pelo que apresentam globalmente disponibilidade para integrar e acompanhar o processo de formação e de animação da *MANIFesta*, na sua íntegra” (ibid.).

36) Representantes das entidades: Animar; ACERT (Associação Cultural e Recreativa de Tondela); ADRL (Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões); ICE (Instituto das Comunidades Educativas).

2.2. UM PROGRAMA EXTENSO E DIVERSO, MAS COM DÉFICES DE ABRANGÊNCIA

Após as AR e o processo formativo, a cerca de três meses do evento em Peniche, num período de transição entre os Quadros Comunitários, não havia ainda a certeza sobre os apoios públicos que poderiam viabilizá-lo. Um certo capital relacional da Animar foi essencial para encetar os contactos e desencadear aceleradamente os mecanismos de operacionalização concertada, com os “parceiros estratégicos” que se indicam no Programa da *MANIFesta 2009*³⁷ – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG); IC EQUAL; Instituto de Segurança Social, I.P.; Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (SEOTC).



Na parte I deste documento do Programa³⁸, intitulada “Estratégia da MANIFesta do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária em Portugal” temos um conteúdo introdutório e de enquadramento da Parte II no qual se faz uma apresentação do sentido do DL e da *MANIFesta*, com recurso a notas retrospectivas sobre o que tem sido o Movimento do DL em Portugal. Bastante interessante, nesta componente (de afirmação do sentido e das principais referências para o Programa), é a evocação histórica que torna mais culturalmente enraizada no tempo a natureza do evento:

“De certa maneira, a MANIFesta procurou actualizar a antiga lógica (existente pelo menos no tempo da primeira dinastia) em que os ‘homens bons’ (leia-se agora, ‘as mulheres e os homens activos’) dos vários concelhos e regiões do país, exprimiam as suas realizações e reivindicações junto do poder central (nas cortes, normalmente), ou seja manifestavam o seu poder de cidadania, ainda que de forma controlada e contida (e não assumida explicitamente)”.

37) Acedido em http://www.animar-dl.pt/manifesta/ver_artigo.php?id=22 Embora finalizado em 19 de Maio, nas vésperas do evento, o essencial da programação já se encontrava presente no Boletim *InfoAnimar* n° 5 (Maio de 2009), produzido na viragem de Abril para Maio.

38) Que praticamente transpõe o conteúdo de Amaro (2009a).

Afirmaram-se “duas ambições centrais”: 1) “reavivar o espírito original de expressão e mobilização da cidadania” nos caminhos do DL e da Economia Solidária (ES), ou seja, de resolução dos problemas pela via ascendente, com motivações pessoais intrínsecas de alternativa plural e incluyente, assumindo responsabilidades de compatibilização / concertação e parceria para debelar a crise (económica, financeira, social, ambiental, cultural e política, pelo menos) e as dificuldades (...) a partir das experiências e iniciativas (...)” que o DL e a ES “já podem apresentar como práticas realizadas e conhecimentos sistematizados”.

Neste sentido, afirma-se de seguida que o evento tinha “como tema central “A Inovação Social na Resposta à Crise – Contributos do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária”, e como grandes eixos de abordagem e manifestação:

- A Inovação para a Igualdade de Oportunidades;
- A Empregabilidade e o Empreendedorismo, como estratégias contra a crise;
- A importância da Ética e dos sistemas alternativos no Financiamento da Economia;
- A Coesão Social e a Animação Territorial em Portugal.

Acrescenta-se a preocupação em que o evento viesse a ser “um espaço aberto à discussão e procura de respostas e caminhos” a partir das referidas experiências e iniciativas dos actores do DL e da ES, “mas contando com a participação de todos os outros actores da sociedade (...)”, observando esta condição como fundamental para ultrapassar a crise:

“uma parceria estratégica tripartida, envolvendo as empresas e as suas representações, o Estado nos seus diferentes níveis (Estado-Nação, Estado-Local e instâncias de governação ou de negociação supranacionais e internacionais) e a sociedade civil nas suas diferentes expressões e representações (incluindo os actores de Desenvolvimento Local e de Economia Solidária, os sindicatos, as organizações de solidariedade social, os movimentos de cidadãos, etc.)”.

Trata-se daquilo que adiante se traduz pela “regulação partilhada para o século XXI, configurando uma lógica de Sociedade-Providência”.

A parte II do documento, intitulada “Principais Componentes e Referências para o Programa ‘MANIFesta’”, começa por aludir ao carácter do evento como sendo Manifestação, Festa, Feira/Mostra, Encontro, Debate, “isto tudo em simultâneo e de forma articulada”, devendo “contemplar uma multiplicidade de expressões e de afirmações que, na diversidade, garantam a coerência e a unidade do todo”. Em termos de estruturação segundo componentes tipológicas, a *MANIFesta* de Peniche desenvolveu-se em seis conferências [incluindo a sessão / “Assembleia de Encerramento – Teses e Declaração de Peniche”], onze seminários, dezasseis tertúlias e dezanove “Oficinas Interactivas”, estas realizadas em três espaços, designados por “Pavilhões de mostra temáticos”. Cada um dos Pavilhões teve um apoio específico: A) Igualdade, Coesão Social, Animação Territorial – CIG, ISS, I.P. e SEOTC; B) Cooperação, Empregabilidade e Empreendedorismo – IEFP; C) Inovação Social (na resposta à crise) – Gabinete de Gestão EQUAL.

Um pequeno exercício de classificação / categorização dos principais domínios de incidência em todas estas componentes (modalidades) da *MANIFesta* (Quadro II) mostra-nos tanto prevalências com interesse como também alguns défices algo inesperados para quem conheceu anteriores edições do evento³⁹.

A natureza dos apoios obtidos contribui bastante para explicar o peso da trilogia “Coesão Social e Territorial”, “Inovação Social” e “Recursos Técnicos ao serviço da Inovação” (matérias de 15 dinamizações, correspondendo a 12% do total), para além dos pesos habituais da “Cultura e Animação Cultural”, da “Mobilização Cívica e Democracia Participativa”, “Associativismo” e “Educação e Formação”. Já a ínfima representação da “Agricultura e Desenvolvimento Rural” e do “Ambiente” parece traduzir um certo enviesamento relacional, em relação aos apoios de participação pública nas anteriores edições. De facto, acabado o período em que o Programa LEADER ainda podia ser recurso de apoio à promoção de uma agricultura inovadora para a valorização do ambiente e do meio

39) Fazemos notar, para a leitura do quadro, que os números – em particular os totais (que somam 125 incidências nos temas) – ultrapassam os das actividades realizadas (quase uma centena) porque algumas das actividades puderam ser classificadas com mais de um domínio temático.

**Quadro II – Matérias de incidência na MANIFesta 2009
e o seu peso segundo as modalidades em que se inseriram**

Modalidades: A – Conferências; B – Seminários; C –Tertúlias; D – Mostras Temáticas e Oficinas; E – Outros Espaços e Formas de Animação						
Matérias / domínios temáticos	A	B	C	D	E	Total
Desenvolvimento Local e Economia Solidária	1		1	1		3
Coesão Social e Territorial ⁽¹⁾	1	2		1		4
Inovação Social	1	2	1	3		7
Recursos Técnicos ao serviço da Inovação		1		3		4
Animação e Mediação Qualificada		1		1		2
Mobilização Cívica e Democracia Participativa ⁽²⁾	1	1	3	4	1	10
Educação e Formação		2	1	3	2	8
A Mulher e questões de Género				3		3
Associativismo (sentido lato)			4	2		6
Ética e Responsabilidade	1		2	1		4
Financiamento	1	1				2
Empreendedorismo	1			4		5
Emprego e Empregabilidade	1			2		3
Planeamento e Avaliação				3		3
Informação e Comunicação			1		1	2
Desenvolvimento Urbano			2	1		3
Agricultura e Desenvolvimento Rural		1				1
Ambiente			1		2	3
Turismo Activo / Alternativo			1	1	3	5
Saúde, Bem-Estar e Comunidade		1	3	1	1	6
Crianças e Jovens			1	1	3	5
Cultura e Animação Cultural				1	25	26
Livro e Leitura					3	3
Arte e Artesanato					4	4
Alimentação e Restauração					3	3

⁽¹⁾ Inclui Regionalização e Mobilização Identitária



⁽²⁾ Inclui Cidadania Activa

rural (entre outras dimensões), outras possibilidades de apoio na alçada do Ministério da Agricultura não puderam ser exploradas, tanto mais que implicariam provavelmente uma incidência de propensão sectorial mais consonante com os interesses dicotómicos do “pró-productivismo e agro-subsídio” do que dos da inovação territorializadora em meio rural. Este aparente “défice do rural” só esteve em parte compensado por alguma expressão do “Turismo Activo / Alternativo”. (Quadro II)

No que diz respeito ao temas dominantes segundo as modalidades, as Tertúlias foram sobretudo dinamizadas com matérias de “Associativismo”, seguindo-se a “Saúde, Bem-Estar e Comunidade” e a “Mobilização Cívica, Cidadania Activa e Democracia Participativa”. Esta última sobressaiu também entre as Mostras Temáticas e Oficinas, a par do “Empreendedorismo” (ainda mais relevado se lhe somarmos o “Emprego e Empregabilidade”). De modo secundário – e algo correlativo com matérias de outros temas – assinalam-se também as questões de “Ética e Responsabilidade” e “Desenvolvimento Urbano” nas Tertúlias e as de “Inovação Social” e dos “Recursos Técnicos” ao seu serviço, bem como “Planeamento e Avaliação”, “Educação e Formação” e “A Mulher / questões de Género” nas Mostras Temáticas e Oficinas. Quanto ao absoluto domínio da “Cultura e Animação Cultural” nos Outros Espaços e Formas de Animação (mais de 50%), ele correspondeu a exposições de diferentes artes e artesanato, fotografia, oficinas de música, espectáculos diversificados (atracções de todo o país, de diferentes impactes mediáticos e estilos), eventos culturais, recreativos e lúdico-desportivos diversos para pessoas de diferentes idades.

2.3. UMA DIGRESSÃO POR VÁRIOS REGISTOS DAS PARTICIPAÇÕES CÍVICO-POLÍTICAS E TÉCNICAS

Não podendo aqui abordar de modo exaustivo os contributos das participações nas distintas modalidades propiciadoras da reflexividade estratégica, a que mais nos importa, fazemos apenas uns apontamentos tópicos que nos permitem, cremos, mostrar as mensagens mais relevantes e delinear os grandes sentidos do pensamento e acção de âmbito socioeconómico, cultural e territorial, tal como os intervenientes puderam deixar transparecer. Preferindo incidir nas ideias apresentadas



nas conferências, seminários e tertúlias (que reuniram mais de 2 mil pessoas), prescindimos de referir nomes entre as dezenas de oradores, moderadores / relatores e organizadores / dinamizadores, para os quais remetemos para a consulta do Programa da *MANIFesta* e dos boletins *InfoAnimar* 5, 6 e 7 (Maio, Junho e Julho de 2009). A excepção é feita, naturalmente, com a incorporação de texto de algum/alguns desses autores.

A sessão de abertura, seguida de Conferência, foi naturalmente dominada pela intervenção dos representantes institucionais, que se pronunciaram sobre a *MANIFesta* (o quê, como e porquê) e/ou sobre o seu tema de referência, atrás indicado, implicando discursos sobre os necessários exercícios de compromisso e de cidadania activa. No mesmo sentido, a Conferência debruçou-se sobre a multidimensionalidade e profundidade da actual Crise – económica, financeira, ambiental, territorial, geoestratégica, cultural, ética, científica e tecnológica – por ser histórica e civilizacional e não apenas redutível a uma fase crítica do capitalismo. Nesse sentido, o seu autor, na mesma linha de trabalhos anteriores envolvendo esta matéria (cf., por exemplo, Amaro, 2007; 2009b), deu a entender a necessidade de adoptar uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas, passando pelo reforço da Economia Solidária e pela criação de parcerias estratégicas que enfrentem de modo inovador as diferentes formas de insegurança e instabilidade no contexto da globalização (ex.: nas relações sociais, políticas, de trabalho, no ambiente e no território).

No que diz respeito ao domínio da Inovação Social, com iniciativas organizadas pelo Gabinete de Gestão EQUAL, houve lugar para um considerável recurso a especialistas estrangeiros, nem sempre com as intervenções devidamente adaptadas ao contexto e/ou sofrendo com uma programação apertada, pouco condizente com um público diverso e solicitado para múltiplos espaços e iniciativas. Temas como comunidades de prática e aprendizagem social, empreendedorismo inclusivo, desenvolvimento de competências e inovação organizacional, NTIC e novas ferramentas de colaboração entre organizações de intervenção social, com exemplos nacionais e estrangeiros, foram apresentados sem muito tempo para debate. No entanto, o grande interesse dos domínios temáti-

cos apresentados, na mesma linha do trabalho em rede e da valorização construtivista dos nós da mesma (empreendedores/as sociais) que o viabilizam, com que sempre a Animar se identificou, pôde ser traduzido pela responsável pela Gestão EQUAL referindo o «novo paradigma para a intervenção social», inspirado no lema da EQUAL “Nada para nós sem vós”⁴⁰, no contar com as forças das pessoas e comunidades para as soluções de proximidade, capitalizando a sua diversidade, de forma integrada, em cooperação e em rede⁴¹.

Correlativo destas matérias foram as intervenções que ligaram Coesão Social e Animação Territorial, na linha de alguns dos numerosos contributos em GG-EQUAL (2008). Isto envolveu a apreciação da importância de uma mediação qualificada e, em muitos casos, inerente a processos de investigação prática com incidência na densificação de relações pessoais e institucionais. Neste sentido, havendo mobilização coordenada de capacidades e negociação entre actores, em contextos de parcerias de DL (em meio urbano e/ou rural), criam-se condições para o ganho de confiança para a tomada de decisões e/ou lançamento de (ou adesão a) iniciativas com impactes positivos em termos socio-territoriais.

Muitas das matérias de outros momentos programados na *MANIFesta* não deixaram de dizer respeito a factores de sustentabilidade na construção da coesão. Por exemplo, as apresentações e discussões dos temas de financiamento ético / com ética, bem como do Microcrédito, puderam apresentar perspectivas em torno dos objectivos do capital e do acesso ao mesmo. Foram necessariamente envolvidas questões de

40) Ou na versão com feliz “gralha” (ou lema alternativo/suplente?) que surge em GG-EQUAL (2009:15) – “Nada para nós sem nós” – sugerindo que só vale o trabalho articulado com os nós das redes de cooperação.

41) Cf. *InfoAnimar* nº 7 (Julho 2009), pp. 4-6. Esta perspectiva é condizente com o nascimento da IC EQUAL em fase de afirmação de certas limitações da IC LEADER e em resposta a algumas das necessidades (de inovação) que a Animar já tornava público em torno da viragem do século. Daí também a considerável influência da EQUAL no tipo de acção da Animar na maior parte do primeiro decénio do séc. XXI. Para além dos Projectos “Convergências – Comunicar para Valorizar” e “e-qu@lificação – Capacitar para Inovar”, a MANIFesta de Peniche não deixou de ter efeitos do projecto EQUAL “Anim@Te – Animação para o Desenvolvimento Territorial”, desenvolvido em 2008 com cerca de uma dezena de parceiros. Naturalmente, as influências foram complementadas com vários outros, no âmbito de PO do QCA III e já do QREN, caso do Projecto “Certificar, Qualificar e Animar o Desenvolvimento Local” (Medida 3.1.2 do POPH), no sentido de uma qualificação e certificação dos dirigentes e técnicos da Animar e da sua rede.

direito (ao crédito, à credibilidade, à confiança, ao reconhecimento legal de vias alternativas idóneas...) de deontologia e responsabilidade social no combate à pobreza e à exclusão, de uma concepção solidarista e sistémica sobre as origens e aplicações do capital (de formação com base em OCS e de fundos mais ou menos adstritos à Economia Solidária?), de legislação e de relações de parceria Estado – Sociedade Civil, etc. A este propósito, é interessante salientar que uma das colaborações encetadas, traduzida no boletim *Notícias do Microcrédito* n.º 41, Julho de 2009, da ANDC, logo na 1.ª página, a seguir ao editorial “Tempo de turbulências”, não deixa de realçar que “uma das ideias surgidas durante o evento, transcrita na *Declaração de Peniche*, foi a de uma Plataforma ou de um movimento que conduza à criação de um Banco Ético em Portugal”.

Um assunto – tratado em seminário e em tertúlias – que se cruza com todas as questões é a saúde, por significar “qualidade de vida” e funcionamento adequado de pessoas individuais e colectivas, em interacção entre si e com o sistema biofísico e territorial de suporte. Foi tanto abordado como incidência de base para a intervenção comunitária (sentido semelhante ao seguido por Amaro, 2005)⁴², em termos de organização do sistema de cuidados de saúde e mesmo como matéria correlativa à educação e cuidados com crianças e jovens inadaptados. As duas primeiras abordagens, consideradas nas “Notas para o Manifestário” (*InfoAnimar* n.º 7, p. 2) que também referem a observação de 75 respostas a um questionário “*Olá! Como vai essa Saúde?*”, permitem identificar um potencial de realização da cidadania activa e criadora para uma sociedade mais saudável, em função de um DL compensador das “pressões do verticalismo das políticas e da gestão da Saúde, bem como do economicismo”. Aliás, sendo a saúde “um assunto demasiado sério para ser deixado só a cargo dos profissionais de saúde e ainda menos dos gestores tecnocratas”, mostra-se que a crise económica até é factor de reforço de uma “conscientização” e “*praxis* solidária” face a “situações de emergência social” e de desafios múltiplos, em contextos de proximi-

42) Cf. igualmente VV.AA. (1996, 2005); Ferreira (2004).

dade. Sendo o DL um processo de viabilização de sistemas (humanizados) mais sãos, mostra-se a necessidade de intervir nas comunidades em parcerias que combinam a acção de OCS, instituições de saúde (privadas, associativas e do Estado), de lutar pela preservação e melhoria do SNS, não esquecendo o aproveitamento das Redes Sociais, desenvolvendo assim “sistemas e práticas de avaliação partilhada e formativa”, implicando compromissos de trabalho em equipa que se traduzam “numa relação cada vez mais horizontal e recíproca entre Centros de Saúde e comunidade envolvente, tendo em vista a promoção da Saúde integrada no Desenvolvimento Local”.

Considerada pouco saudável foi a situação da agricultura, no seminário dedicado à relação desta com o Desenvolvimento Rural (*InfoAnimar* n° 7, pp. 10-11). A maior parte dos intervenientes apresentou sérias divergências em relação ao modelo dominante de orientação da agricultura: por um lado, na Europa, no contexto do mundo rico (protecționismos injustos mas, ao mesmo tempo, seguimento de orientações liberais da OMC); por outro, em Portugal, em contexto europeu (uma PAC desfavorável e disfunções / inconsistências do PRODER). Como refere o moderador do Seminário, não foi possível “chegar a conclusões consensuais, com excepção da ideia que ‘não pode haver desenvolvimento rural sem agricultores e agricultoras’. Mas ficaram mais interrogações: soberania alimentar, sim ou não? Liberalização, sim ou não? Competitividade ou viabilidade das explorações? Deslocalização ou realocização das agriculturas?”.

Sobre a saúde do associativismo e da democracia, matéria que retomaremos adiante, voltou a ser evocada, por um lado, em “Tertúlia-Debate” (*InfoAnimar* n° 6, p. 4), sobre “Agencialismo ou Associativismo no DL”, a recorrente problemática da relação entre o movimento associativo e o Estado. Sem grande novidade, as intervenções dos presentes levaram o relator a concluir uma grande diversidade tipológica das organizações de DL, mas a generalidade delas “tem uma aspiração de autonomia ou independência face ao Estado”, pois “não querem ser meras extensões ou balcões do Ministério X ou Y ou da Câmara A ou B”. Prestando “serviços que assumem a figura de bens públicos, não são subsidi dependentes: o Estado paga-lhes pelo serviço efectuado”, pelo que

devem “reivindicar a sua autonomia e liberdade de pensamento estratégico e de acção”. Reconhece-se a contestada dominação pela regra de submissão das acções das ADL (e outras) a “programas pré-formatados, nem sempre adequados às suas lógicas e contextos”, enfrentando também a “inconsistência e intermitência das políticas, a mudança de critérios e orientações, assim como os frequentes atrasos nos pagamentos”. Embora afirmando que “a defesa do associativismo é crucial numa sociedade democrática, em que este se assume como uma escola de participação cívica, social e política, e um espaço de construção colectiva de projectos”⁴³, indica-se a falta de garantia de “financiamento da democracia participativa”, “contrariamente ao que acontece com a democracia representativa”. O “forte desequilíbrio de meios entre as duas formas de exercício democrático”, apesar de ambas serem “referidas na Constituição portuguesa”, acaba por ser sentido como uma injustiça estrutural.

Neste contexto, considera-se a “necessidade de pensar a sustentabilidade do associativismo numa lógica aberta e profunda, que contemple: o autofinanciamento; a realização de contratos-programa plurianuais; e o financiamento pelo Estado, enquanto instrumento ou projecto de democracia participativa”. Por fim, o texto aponta para um esforço de “desarmamento” das ameaças a este projecto de autonomia e alternativa, incluindo nas mesmas “a contratualização subordinada a interesses político-partidários; a submissão a programas pré-determinados;

43) Nesta matéria, Viegas (2004) começa por apontar um paradoxo: “como é que as associações podem ter tantos efeitos cívicos e democráticos, quando apenas uma minoria se envolve nas associações, sendo ainda menor o número de indivíduos que participa de um modo activo?”. E acrescenta, face às “propostas da designada ‘democracia associativa’, múltiplas críticas de diferentes autores: “falta de democracia interna nas associações, prejuízo para o interesse geral devido ao efeito de facção, reservas quanto à legitimidade de representação democrática das associações (...), ingovernabilidade ou bloqueamento de decisões políticas devido ao “diálogo social”, passividade política e conformismo social como resultantes da integração associativa (...)” (p. 34). No entanto, responde ao paradoxo mostrando que ele tem subjacente a ideia de os efeitos democráticos se restringirem à participação dos indivíduos na vida interna das associações. “Ora (...) os efeitos democráticos manifestam-se, também, por outras vias. As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública” (idem:37).

as pressões para a certificação; ou a ausência ou défice da lógica participativa”.

Todavia, em parcial contradição com um “um percurso de resistência e persistência” para contrariar as sentidas “ameaças”, a diversidade da *MANIFesta 2009* não deixou de incluir – entre outras formas de envolvimento da Animar em compromissos de funcionalização – o primeiro Encontro de “Formação-Acção para Entidades da Economia Social” – conforme a designação do Programa correspondente à Medida 3.1.2 do POPH do QREN – para a “partilha das experiências” relativas a quatro projectos financiados no âmbito dessa Medida, que envolvem “cerca de 350 organizações do 3º Sector”. Ora o da Animar designa-se precisamente por “**Certificar**, Qualificar e Animar o Desenvolvimento Local” (nosso realce)⁴⁴. Entre as conclusões efectuadas pelo relator do Encontro, aponta-se que “as organizações do 3º Sector estão sob enorme pressão, por um lado, em resultado da procura crescente dos seus serviços e, por outro, em resultado das exigências do Estado no sentido da melhoria da qualidade e da certificação”. Acrescenta-se que, embora os projectos apresentem aspectos comuns muito importantes (resultam de parcerias, adoptam a perspectiva territorial, a lógica da participação, a formação à medida e inter-entidades e o recurso às novas tecnologias), “existe a consciência de que muitas organizações ficarão de fora (...), colocando-se a questão da ‘transferência solidária’ das metodologias usadas nas organizações que estão envolvidas, para as outras”. Apesar das dificuldades / ameaças identificadas (adequação limitada, forte burocracia, lógica excludente), foram colocadas perspectivas muito positivas, em torno das ideias de “realização de mais encontros deste tipo”, de “publicação de um livro que seja um repositório das abordagens e resultados de todos os projectos” e de contactar e convidar os restantes projectos da Medida 3.1.2 a participar no processo.

Para além destes aspectos sobre os conteúdos da *MANIFesta 2009* que relevamos, de alguma forma presentes em documentação disponível,

44) Os outros são: Q3 - Qualificar o 3º Sector (FENACERCI, FMT e CPCCRD); Misericórdias – Gestão Sustentável (UMP); Qual_IS – Qualificar a Intervenção Social (REAPN). Como se refere no InfoAnimar nº 7 (p.7), “estão a ser implementados outros projectos similares, que, contudo, não estiveram representados no Encontro”.

damos maior espaço, nos pontos seguintes, a três domínios importantes: dois que não chegaram a ser publicados antes e outro que o foi mas numa versão com lacunas indesejadas, além de merecer observações adicionais pela sua implicação nos temas mais transversais e que são os da Mobilização Cívica, Cidadania Activa e Democracia Participativa.



2.3.1. CONFERÊNCIA “A EMPREGABILIDADE E O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIAS CONTRA A CRISE”⁴⁵

Conforme traduzido pelos participantes nesta Conferência, o empreendedorismo revela-se numa diversidade de motivações e de percursos pessoais, mas também de apoios, de meios e de resultados. Para serem eficazes, as políticas públicas que o pretendem promover devem ajustar-se às diferentes configurações dos empreendedores (colocando-se, inclusive “na pele” deles, para captarem e tirarem partido das suas capacidades e experiência), em vez de se orientarem para um perfil ideal de empreendedor (inovador, atento às oportunidades, capaz de arriscar e criador de valor) que raramente se encontra na realidade.

Em regra, os empreendedores – e, em particular, os pequenos – buscam com denodo, através de redes, uma combinação frutuosa de recursos para se estabelecerem, o que os torna fortemente interdependentes de familiares, amigos e conhecidos. O papel decisivo das redes sociais na viabilização dos negócios é hoje comumente reconhecido e estende-se também ao campo das relações entre empresas. Ao promover a cooperação dentro dos tecidos produtivos locais, as redes entre empresas estão a fortalecer estes perante o exterior.

O Estado e as instituições que pretendem promover o empreendedorismo muito ganhariam se adoptassem também este modelo de trabalho em rede, articulando os seus serviços entre si e articulando-se com autarquias, organizações de desenvolvimento local, associações profissionais, patrões e sindicatos, em vez do seu modelo de actuação segmentada por serviços que cansa e desmobiliza os potenciais empresários.

45) Salvo pequenos ajustamentos de forma por imperativos editoriais, o texto deste ponto corresponde ao fornecido por Pedro Hespanha (FEUC), relator desta componente da MANIFesta que contou com as intervenções de José Portela (UTAD), Francisco Madelino (IEFP), e Mário Génésio (ANJE).



Ainda neste ponto das relações entre Estado e cidadãos, as instituições cuja missão é apoiar o empreendedorismo devem pautar-se pela competência e responsabilidade, nas várias esferas de actuação, ou seja, transparência, oportunidade e clareza na difusão de informação; empatia e confiança no atendimento público; estabelecimento de formalidades mínimas e celeridade no andamento do processo; transparência, oportunidade e responsabilidade nos processos de tomada de decisão. Isto não se confunde com o paternalismo que gera a dependência. Assume-se sem equívocos que as decisões têm de ser tomadas pelos interessados. As várias entidades que trabalham na criação de emprego devem ter uma preocupação em informar, orientar, aconselhar e acompanhar, mas ao mesmo tempo de procurar sempre envolver, responsabilizar e deixar que seja o interessado a tomar as decisões no processo de criação da sua empresa.

Finalmente, não é apenas o empreendedorismo empresarial, das empresas orientadas para o mercado, que pode dar um impulso à criação de empregos. Também o empreendedorismo com objectivos sociais, quer o das iniciativas apoiadas pelo Mercado Social de Emprego (agora “empregos de proximidade”), quer o das organizações do terceiro sector, quer ainda o dos empreendimentos económicos solidários assumem em toda a parte – e também em Portugal – um papel cada vez mais importante na geração de emprego e no reforço da empregabilidade.

Quanto às primeiras, a tendência anunciada, nesta conjuntura de crise, é para o Estado oferecer dispositivos de garantia de crédito privado, através de acções contratualizadas e envolvendo, eventualmente, os municípios, em vez de subsídios, o que pode afastar a componente mais pobre dos empreendedores. Quanto ao empreendedorismo das organizações do terceiro sector, elas têm um campo de acção vastíssimo devido ao tipo e variedade de necessidades humanas e sociais que elas procuram cobrir quando o sector empresarial do mercado não está interessado. No que respeita aos empreendimentos económicos solidários, eles podem constituir-se quer em absorvedores de desemprego, quer em criadores líquidos de postos de trabalho, desde que trabalhadores, sindicatos e serviços de emprego partilhem uma postura positiva e confiante sobre o empreender colectivo e solidário, o que ainda não é o

caso em Portugal, apesar de inúmeros exemplos de sucesso que estão aí no terreno.

2.3.2. TERTÚLIA “ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM MEIO PERIFÉRICO URBANO”⁴⁶

Durante algum tempo, na história, podia sem dúvida falar-se de bairros populares e de bairros periféricos marginais, duas realidades distintas. Nos últimos anos essa diferença atenuou-se e, embora subsistam bairros populares, podemos hoje generalizar e falar de bairros periféricos urbanos tendo por características a multiculturalidade, a marginalidade, a pobreza, as tensões (nomeadamente com o exterior)⁴⁷.

Agir sobre a realidade dos bairros periféricos pressupõe lidar de forma proactiva com o seu quotidiano, com as relações interpessoais que neles se entretecem, mexer no seu mundo de afectos. Ora, se, por exemplo, no que respeita ao mundo rural, podemos encontrar uma ampla literatura que nos confronta com essa realidade (desde Júlio Dinis e Silva Gaio ou Camilo a Manuel da Fonseca, passando por Torga, Antunes da Silva ou Aquilino Ribeiro), em relação ao mundo periférico urbano não nos ocorrem exemplos, para além de alguns relatos de projectos ou de textos interpretativos na área das ciências sociais (romances como *A Caminhada* ou *Barco Excêntrico* visam bairros populares e não periféricos). Em termos práticos isto significa que há ainda um profundo desconhecimento da realidade dos bairros periféricos: de como se estruturam e manifestam as relações de poder; de como funcionam as redes de vizinhanças; de como se ama ou odeia.

A intervenção tendo em vista responder aos problemas que se levantam nos bairros periféricos intensificou-se sem dúvida com o cres-

46) Embora com pequenos ajustamentos de forma por razões editoriais, o texto deste ponto corresponde ao enviado pela equipa de animadores da sessão (Mirna Montenegro – coord.; Irene Santos; Orlando Garcia; Rogério Roque Amaro), sob o título “Desenvolvimento Local e Periferias Urbanas” e na qualidade de “algumas notas para induzir a reflexão”.

47) Partimos do princípio que há distinção entre esta concepção de periferização e a de suburbanização, a primeira com um sentido de exclusão social e a segunda de configuração espacial associada a uma certa dependência do centro [de centro(s) urbano(s)]. Naturalmente, a realidade comporta situações de sobreposição, mas também muitas outras em que tal não acontece [n.e.].

cente número de projectos, de instituições que neles trabalham. Havendo sem dúvida resultados, podemos, no entanto, afirmar que as questões críticas que atravessam esses bairros subsistem e, em muitos casos, agravaram-se. Um tal facto tem duas causas que se potenciam. Por um lado acentuam-se, ao nível da estrutura societária em geral, os factores de agravamento das condições de vida dos mais desprotegidos (como mostra A. Bruto da Costa, no seu relatório⁴⁸, a pobreza agrava-se e torna-se cada vez mais endémica). Por outro, as intervenções que têm lugar nos bairros periféricos tendem, em grande número de casos, a surgir com um pendor assistencialista e clientelista.

Não é ainda evidente que exista, da parte de quem intervém, uma noção clara do que significa “desenvolvimento local em bairros periféricos urbanos”. Já haverá reflexões e práticas sobre as apostas estratégico-metodológicas a fazer (a importância de uma acção territorializada, da animação comunitária, da criação de serviços de proximidade, etc.) mas não há, de uma forma geral, uma explicitação das intencionalidades que subjazem à intervenção, dos cenários de requalificação que se antevêm, etc.

Para muitas autarquias a solução para os bairros periféricos é o realojamento. Tal surge um pouco como a estratégia, nas guerras coloniais, que consistia na deslocação das populações para retirar a base de apoio aos guerrilheiros. A lógica que preside ao realojamento é a de, por essa forma, se quebrarem as redes de marginalidade existentes nos bairros periféricos, na crença de que, distribuídos, os “criminosos potenciais” tendem a reinserir-se. A experiência do Casal Ventoso mostra que apenas houve deslocação dos seus problemas para outros locais.

Há uma tendência para se falar em bairros periféricos como se fosse uma realidade uniforme. Nada mais incorrecto: não há dois bairros periféricos iguais. Há diferenças de composição étnica e etária. Há diferenças na força e no tipo de abordagem das instituições neles presentes. Há diferenças nos graus de identidade(s). Destas diferenças resultam necessariamente abordagens específicas.

48) Refere-se provavelmente ao último relatório de um estudo que coordenou, depois publicado como: Costa, Alfredo Bruto da (Coord.) (2008), Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo. Lisboa, Gradiva. [n.e.]

A intervenção nos bairros periféricos (nas famílias e nas comunidades) tem de ser necessariamente sistémica e multidimensional. As ofertas de saúde, educação, apoio social, fazem-se de forma compartimentada o que, de forma evidente, confronta a forma integrada (ainda que hierarquizada) como as famílias gerem esses sectores no seu quotidiano. Por razões de oportunidade, o envolvimento de um dado sector da comunidade pode fazer-se em torno de uma só dimensão... mas o que as famílias querem ver resolvido é a sua vida e esta é multidimensional.

Como muitas vezes acontece, os deserdados em vez de se erguerem contra quem é responsável pela sua situação, conflituam entre si. Em muitos bairros, um dos problemas mais chocantes é o que se traduz nas verdadeiras guerras que se travam entre ciganos, africanos e outras etnias.

Algumas questões que se colocam para a intervenção:

- Que grandes intencionalidades se prosseguem ao se intervir num bairro periférico marcado pela desestruturação social, a marginalidade, os conflitos? Que significa trabalhar pela emancipação social num bairro periférico urbano?
- Que actores sociais são potenciais sujeitos de mudança em bairros periféricos? O que move cada um deles? O que caracteriza as suas relações? Que interacções se impõe induzir?
- Como contrariar a forma compartimentada e unidimensional como os serviços em regra intervêm nas famílias e nos bairros? Como se age sobre quem intervem e sobre os destinatários dessa intervenção?
- Que se espera de um técnico que intervem num bairro social. Mais precisamente: Qual o seu perfil, quais as competências que precisa de ter? Será que uma das qualidades é ser uma “espécie de esquizofrénico” (ser ele e o local)?
- A que eixos estratégicos deve obedecer uma intervenção em meio periférico urbano? Que nos diz a experiência de intervenções de sucesso que conhecemos?
- O que periferiza os bairros periféricos? Que lógicas se contrapõem na relação centro-periferia? Por onde passa a resolução desse

confronto? Que sentido faz falar da centralidade do periférico? E o que se entende por isso?

- Como explicamos a tensão que existe entre muitos grupos (nomeadamente étnicos) que se entrecrocaram nos bairros periféricos? Como agir perante essa tensão?

2.3.3. TERTÚLIA SOBRE OS “CORREDORES DE LIBERDADE NAS INSTITUIÇÕES”⁴⁹

Em todas as instituições há lugar àquilo que podemos designar por “corredores de liberdade”, isto é, a margens de autonomia de que beneficiam / gozam os seus profissionais e, de uma forma geral, os que dela dependem. Claro que há muitos tipos de instituições, com regras mais rígidas ou menos rígidas e com mais ou menos autocracia; não é a mesma coisa um Quartel ou uma esquadra de Polícia e um Centro de Saúde ou uma Associação... Mas em todos eles, repita-se, encontramos esses corredores; até mesmo numa prisão, como o revela os tráficos que nela se fazem, ou, para usar a memória das cadeias fascistas, os momentos de verdadeira autoformação política e antifascista que nela se operavam.

A crescente institucionalização da nossa sociedade é um facto: para resolver os problemas do nosso quotidiano temos de contar com as instituições; grande parte das horas dos nossos dias vivemos nelas; para muitas crianças de famílias desestruturadas o fim que as espera é a institucionalização; o mesmo se pode dizer dos idosos; em cada momento se vêm aparecer lares, estruturas, entidades que chamam a si a responsabilidade por mais e mais pessoas. Significa isto que toda a luta pela emancipação e a liberdade passa, em algum momento, por um confronto com as instituições: Em grande medida, a resistência às injustiças joga-se nas (ou contra as) instituições.

49) Embora tendo sofrido pontuais ajustamentos por razões editoriais, o texto deste ponto corresponde ao enviado pela equipa de animadores da sessão (António Bica, Miguel Torres, Pedro Soares e Rui d’Espiney), sob o título “O Profissional Cidadão e os ‘Corredores de Liberdade’ nas/das Instituições” e na qualidade de “algumas notas a propósito da temática”. Difere do publicado no *InfoAnimar* nº7, p. 12 sob o mesmo título que consta no Programa da MANIFesta (A gestão de Corredores de Liberdade nas/das Instituições) e seguido do subtítulo “Tópicos de orientação da discussão”.

A realidade mostra-nos que a centralidade das instituições se vem intensificando, que os “corredores de liberdade” se vêm estreitando em muitas delas. Nas escolas, por exemplo, é evidente que se degradam as relações democráticas no seu seio, que os professores se sentem cada vez menos com tempo para si próprios e até para o bom exercício da sua actividade profissional, que o receio condiciona cada vez mais os comportamentos... E muito de semelhante poderíamos dizer de outros serviços. O triângulo interactivo Cidadão – Pessoa – Profissional que define ou deve definir toda a pessoa que trabalha parece, de facto, cada vez mais distante. Em lugar de fonte de desânimo, este facto dita pelo contrário a necessidade de se produzirem novas formas de resistência.

Resistir nas instituições é, antes de mais, um processo social. Soluções individualistas como a “balda”, o “seguidismo” ou a “acomodação” são obstáculos à mudança. A construção de respostas colectivas – a organização das aspirações e expectativas individuais e a sua transformação em focos de acção e mobilização – é vital. Tais respostas são necessariamente específicas: dependem do tipo de instituições e de profissionais.

Talvez o que mais caracterize as instituições (e que se vem acentuando em muitos casos) é o seu fechamento sobre si mesmas. As comunidades que formalmente dela dependem ficam à sua porta. Quando sobre elas agem, fazem-no a partir do mandato que as define, não na lógica do **com** mas na lógica do **para**, por mediação de uma política não de proximidade (interactiva), mas de enquadramento (vertical)... com os “destinatários” remetidos ao papel de utentes. Resistir, neste quadro, é precisamente contribuir para trazer a instituição para a comunidade e a comunidade para a instituição.

O exercício da cidadania pelos profissionais e colaboradores das várias instituições deve ou pode ser entendido em dois sentidos:

- “para dentro”, isto é, pela afirmação dos “direitos a” e “dos direitos de” no seu interior e que, de uma forma ou de outra, se orienta para a imposição de relações democráticas, não autocráticas.
- “para fora”, isto é, pela capacidade de se desmarcarmos do mandato em que estão investidos, identificando-se e solidarizando-se com os “uteses” das suas instituições, transformando-se em seus representantes nas instituições.

Um caso particular de instituições é, sem dúvida, o dos partidos políticos, que aparecem na nossa sociedade como o primeiro e principal baluarte da democracia. Detêm um poder no domínio legislativo – isto é, no domínio da decisão sobre as políticas que a todos atinge – que não partilham (não pode haver listas de independentes à Assembleia da República), entrelaçam-se e confundem-se, pelo menos alguns, com as instituições do Estado e são, de facto, porta-vozes do ideário e não das pessoas que formalmente representam. Numa palavra, têm prerrogativas que os colocam à margem da resistência dos cidadãos, nomeadamente daqueles que são por eles influenciados.

Instituir, é por definição, formalizar, tornar perene e viável, um conjunto de propósitos. Quer isto dizer que se institucionaliza para se conservar, do que resulta que, de uma forma geral, as instituições são fonte (instrumento) de conservação⁵⁰ e não de mudança. Sendo isto um facto, não se pode negar que há instituições (caso de algumas associações) que são factores de mudança. Analisadas de perto, verificar-se-á que tal acontece quando se assumem como uma proposta instituinte e não instituída.

Algumas questões para animar a reflexão:

- Será correcto falarmos de instituições em geral? Serão da mesma natureza as instituições públicas e as privadas? E serão da mesma natureza todas as instituições públicas e todas as instituições privadas?
- Sobre que tipo de instituições nos interessa debater? Quais têm de facto pertinência para o projecto alternativo que deve ser o desenvolvimento local?
- As instituições são mesmo omnipresentes ou há aspectos da vida pessoal que escapam à sua acção? O que é um cidadão não institucionalizado?
- O que é um profissional-cidadão? Qual a sua relação com as instituições? Que gestão pode ele fazer dos “corredores de liberdade”?

50) Ainda que possam corresponder a mecanismos de conservação das condições para a mudança controlada, de acordo com os objectivos (que muitas vezes não são estáticos) de cada instituição. [n.e.]

- Que condições deve reunir uma instituição (nomeadamente uma ADL) para ser um espaço de poder dos cidadãos que com ela interagem? Quando é que as regras necessárias ao funcionamento de uma instituição se transformam em fontes de imobilismo e/ou opressão?
- Porque se reforça a centralidade das instituições, nomeadamente (mas não só) as criadas pelos poderes políticos? Na nossa sociedade capitalista e nas condições que actualmente nos regem poderia ser diferente?
- Como se abre uma instituição à comunidade? Como fazer dos seus profissionais, sujeitos de desenvolvimento?
- Como conciliar uma visão crítica das instituições com a necessidade de que elas existam e funcionem?
- As instituições mudam-se a partir de dentro, ou de fora? Ou de dentro e de fora? Qual o papel do conflito e da negociação na mudança das instituições?

2.3.4. A DECLARAÇÃO DE PENICHE

Como o elemento emblemático de cada *MANIFesta* é a respectiva “Declaração”, com o nome da cidade onde se realizou o evento, abordamos também aqui a *Declaração de Peniche* (DP), com o título “Inovação Social na Resposta à Crise. Desenvolvimento Local e Economia Solidária sempre presentes!”. Naturalmente, mantendo embora o critério de não transcrever, no seu todo, matéria já publicada⁵¹, não deixamos de a analisar, de modo breve e contextualizado.

Em relação às Declarações anteriores, a DP mostra elementos de continuidade mas também de especificidade. Do primeiro caso releva-se o discurso de proactividade de base local e reticular, com um apelo à combinação de esforços, mas também de evocação dos obstáculos à maior e melhor intervenção criativa das organizações de DL, em particular do adequado reconhecimento por parte do poder político central. O próprio título, na sua primeira parte, que é o “*leit motiv*” de 2009,

51) Cf. <http://www.animar-dl.pt/manifesta/manifesta.php?id=12> ou http://www.animar-dl.pt/gestao/upload/manifesta/files/20090527_97_declaracao_peniche.pdf.

evoca o seu homólogo da *Declaração de Serpa*, que propunha com o DL “superar a crise”.

Em termos de especificidade, não deixa de reflectir o espírito do contexto próximo e do momento. De facto, a preparação da *MANIFesta* de 2009 não incidiu na tradicional preparação de teses – mais ou menos apoiadas nas AR – das quais se “destilaram” no passado as Declarações, entre 1996 e 2005. Assim, a DP apoia-se, por um lado, numa sinopse de identificação dos elementos de “um caminho de construção de propostas, de teorização e de experimentação, de inovação, de realizações concretas”⁵², após ter referido a *MANIFesta* como expressão da alternativa ao “modelo de desenvolvimento” conotado com a crise e as OCS como “força social real, forjada na gestão e no confronto com crises”. Por outro lado, alguma da sua expressão parece inspirar-se em modalidades temáticas representadas em Peniche, essencialmente financiadas e organizadas no âmbito dos projectos que têm sustentando uma certa via funcionalizada da Animar⁵³, que alguns dos seus membros criticam e lamentam mas que outros legitimam e mostram como uma necessidade incontornável. Isso é notório quando se menciona que as OCS “(...) convidam todas as organizações do Desenvolvimento Local e Economia Solidária para se juntarem numa acção concertada, traduzida numa *plataforma institucional de nível nacional, mobilizando as redes colaborativas já existentes e promovidas por programas anteriores*”⁵⁴.

52) Nos seguintes domínios referidos: economia solidária; serviços de proximidade; qualificação e valorização dos patrimónios; trabalho em rede e parceria; animação territorial; agricultura e desenvolvimento rural; empreendedorismo; criação de emprego digno; fortalecimento de formas alternativas de comercialização; qualificação e certificação das organizações; educação e formação dos cidadãos; dinamização da iniciativa juvenil; promoção da saúde comunitária; mobilização da participação cidadã e das comunidades; promoção da cidadania activa e inclusiva e da igualdade de género.

53) Será exemplo a afirmação de que as OCS “consideram que as suas práticas e reflexões configuram um conhecimento inovador nas áreas do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, que fundamenta um novo paradigma de intervenção social e novos modelos de aprendizagem colectiva” (nosso realce de expressões significativas do “universo EQUAL” e não utilizadas em Declarações anteriores, se bem que a forma mais reduzida “aprendizagem colectiva” surge no Documento da Assembleia de Tavira e nas conclusões da *MANIFesta* 2005, e a “intervenção social” surge desta forma na Declaração de Trancoso).

54) Itálico do original, mas aproveitado por nós como realce para traduzir a influência de programas importantes a que a Animar tem recorrido para se financiar para a forma estruturada de dinamização e qualificação da rede de membros.

Outras expressões vão no mesmo sentido, como as que referem a “continuidade da intervenção, na incorporação, adaptação e utilização das soluções já constituídas e validadas, alimentando e renovando a capacidade de experimentação e de inovação social, a qualificação das organizações e o fomento de modelos de apoio ao desenvolvimento e à criação de emprego, assentes em *contratualizações programáticas, traduzindo-se nomeadamente em programas específicos no âmbito do QREN*”. Logo de seguida a DP acrescenta que as OCS “propõem-se reforçar as suas qualificações e capacidades de intervenção, sobretudo numa perspectiva de inovação social e de animação territorial, as quais devem ser valorizadas e certificadas explicitamente por parte dos organismos competentes”. Como outra face da mesma moeda, declara-se que “os territórios e os/as cidadãos/ãs exigem, de todos os actores públicos e privados, a dignidade e o respeito que merecem”, condições “longe de estar adquiridas”, dada a “frequente ausência do cumprimento das responsabilidades de programação e de financiamento atempado e adequado”.

Apresentada perante diferentes sensibilidades, mas sem deixar de incluir representantes governamentais – necessariamente destinatários da DP – mostra-se um alinhamento articulado de “desafio e compromisso” que alguns puderam criticar (e outros apenas sentir, uns de modo mais positivo e outros de maneira mais negativa) como tentativa de aprofundamento do envolvimento agencialista para reforçar estratégias governamentais de governança corporativizada, com incidência em objectivos socioeconómicos e territoriais. Não obstante, a DP não deixa de introduzir um aspecto fracturante, quer na perspectiva das OCS e ADL, quer na óptica do partido no governo e de outros partidos, quando se declara que as OCS se associam “à necessidade de aprofundar urgentemente a discussão e a decisão sobre a questão da Regionalização em Portugal, privilegiando a participação activa dos/as cidadãos/ãs e das comunidades locais, num processo que também esteja focado nas dinâmicas de Desenvolvimento Local”.

3. ASPECTOS DE SÍNTESE SOBRE UM PERCURSO DE... “MANIFESTA ANIMAÇÃO” ?

Para alguns observadores, a existência da Animar – a afirmada “associação-rede” de pessoas e organizações comprometidas com o Desenvolvimento Local (DL) – confunde-se talvez com um movimento social, com estrutura operativa, que se consubstancia numa sucessão de eventos organizados, dos quais sobressai a *MANIFesta*. Para outros, para quem esta Feira (de Feiras) e Assembleia do DL passa despercebida, talvez seja vista como uma ONG dedicada à promoção da igualdade de oportunidades em algumas dimensões que perpassam no espaço público de informação e conhecimento. Ou mesmo, por hipótese, como uma entidade que sugere o trabalho em prol da valorização sociocultural, não se fazendo mais ideia da *MANIFesta* que aquela que o seu nome pode sugerir ao cidadão comum e menos informado [ou com mais informação do resto da Europa, onde uma Manifesta (fundação internacional) realiza bienais de Artes Visuais com a mesma designação-marca].

Na Animar (e na *MANIFesta*, como veremos), não há uma necessária correspondência – ou esta é parcial – entre o pensamento e a acção. Fazem parte da Animar intelectuais e teóricos, alguns envolvidos com “a prática”⁵⁵, mas de forma diferente dos técnicos. Estes, contribuindo de modo mais ou menos profissional⁵⁶ para a animação junto de destinatários / “públicos-alvo”, têm uma interacção insuficiente com bem-intencionados autores de pensamento conceptual alimentado por experiências de outrem⁵⁷, embora também por algumas próprias e do interesse mais directo para a Animar. Os técnicos, tantas vezes efectuando investigação prática para dar a melhor resposta às necessidades, de forma

55) Numerosas e diversas práticas, de incidência local, regional, nacional e internacional, e com domínios temáticos ainda mais variados do que cada *MANIFesta* traduz... Já no século passado J. Portela (1997:16) apresentava cerca de dezena e meia de categorias tipológicas dos membros das ADL e, por extensão, dizemos nós, também da Animar (cf. tb. Moreno, 2007).

56) Na qualidade de técnicos e não, normalmente, naquela que em muitos casos é complementar em cada mesma pessoa, de cidadãos com dimensão voluntária proactiva.

57) De diferentes culturas, espaços e tempos, conhecidas por observações directas (ex.: no contexto de convivências, estudos e/ou avaliações) ou mediadas e diferidas (em livros, artigos e outros documentos, produtos multimédia, etc.)

melhor ou pior enquadrada em instrumentos de política e de planeamento, também poderiam contribuir de modo mais significativo para a formação dos “teóricos”, partilhando saberes. Ou seja, auto e hetero formação, mútua e cruzada, que possa incluir conhecimento informal e subtil e de aprendizagem organizacional estratégica e integrada, seria uma dimensão potenciadora de um salto qualitativo na capacidade de resposta de uma rede de qualificação sistémica de pessoas, organizações e territórios. Mas os tempos e os espaços de encontro (com débeis e não apoiados “corredores de liberdade”) são escassos, dependendo de pontuais e inconstantes dedicações voluntárias, raramente enquadradas em colaboração protocolada e publicamente apoiada⁵⁸.

Uma ilustração desta realidade esteve na separação entre uma concepção de *MANIFesta* de Peniche, que seria mais incluyente de uma afirmação de resistência de valores e de práticas vistas como essenciais, de maior presença da alternativa à funcionalização acrítica e às dependências (na linha da luta pela valorização da democracia participativa), e uma realização que se viu refém dos condicionamentos impostos pelos instrumentos públicos, de disponibilização tardia, de estreita orientação utilitarista e de compromisso com os interesses da governança com modelação indisfarçavelmente estatal. Isto não quer dizer que os instrumentos públicos inerentes à “europeização” de Portugal tenham um reconhecimento negativo (muito pelo contrário), mas sim que eles carecem de um processo mais participado de co-instrumentalização para o sustentável reforço da sociedade civil com vocação solidária. Alguns dos intervenientes mais activos na dinamização das Assembleias Regionais (AR), afastados dos processos operacionais de realização do evento em Peniche, sentiram alguma desilusão face a disfunções encontradas, ao alegado “desaproveitamento de elementos simbólicos” e a uma forte desigualdade de representação / imagem / “*standing*”, favorecendo os espaços das entidades financiadoras, em assinalável contraste com a generalidade dos outros. Na realidade, esta situação traduz não só a fraqueza

58) Algo pode ser efectuado neste domínio, talvez explorando melhor os nichos de investigação social aplicada, com projectos que, traduzindo ligação entre a Universidade e a Comunidade, possam fazer pontes para maior abrangência na valorização socioterritorial... e académica (não academicista), naturalmente.

da alternativa mas também o tal afastamento (especialmente por défice de recursos...) de alguns dos mais habituados ao trabalho conceptual e crítico em relação ao processo de negociação e de planeamento operacional do evento, bem como da cobertura mediática⁵⁹.

Numa óptica de exploração retrospectiva, vemos que o difícil entrosamento de [algum do] pensamento e acção na “manifesta animação” tem raízes mais fundas. Uma delas prende-se com a própria concepção do Desenvolvimento Local das OCS (DL). Alberto Melo (2005) resumia, a propósito, que sob este termo comum (DL) “existem de facto dois movimentos distintos. O primeiro é de natureza sobretudo socio-política e interessa-se principalmente pela autonomia e pela capacidade de auto-organização dos grupos locais; o segundo situa-se antes no domínio socio-económico e procura oferecer uma alternativa à economia dominante”. Ora a Animar é concebida em 1992-93 num contexto de forte influência do Programa LEADER e da sua vocação para promover a “ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural”⁶⁰, estimulando a iniciativa inovadora local, segundo processos ascendentes, e o trabalho em rede. Ao estimular vários tipos de economia, incluindo as de transacção, solidária e de rede, seria improvável não se desencadearem processos sociopolíticos de incidência emancipatória, de promoção de empoderamento a vários níveis. Todavia, o grande problema – que ainda hoje se mantém – é o da “articulação entre os diferentes níveis e do vaivém” entres as partes de “cima” e de “baixo” (Melo, 2005).

A primeira *MANIFesta*, em 1994, já prometia interpelações ao poder político visando compromissos, em grande parte fruto da composição da Animar de organizações com interesse na valorização das economias locais. Mas nessa altura, como até 2000, existiam oportunidades de acesso directo aos programas comunitários, pelo que era possível manter algumas margens de autonomização face ao Estado e viabilizar certas

59) O “factor Estado” (central e local-autárquico) não deixou de estar presente com a sobre-representação noticiosa da dimensão hegemónica simbólica e substantiva, em termos políticos, como se evidenciou no jornal *MANIFesta'09 PENICHE*, de 21 Maio (a figura do ministro foi mesmo duplicada neste documento de 4 páginas, embora uma das vezes no contexto do destaque de 1ª página às “atracções” do evento).

60) Conforme o próprio significado da sigla LEADER; no entanto, por “economia rural” entende-se toda a economia nos espaços rurais.

orientações críticas. Isso era facilitado / potenciado pela originalidade de a Animar ter contemplado na sua constituição tanto membros colectivos como individuais, na sequência de terem sido pessoas de um e outro tipo (representantes de pessoas colectivas de direito privado e pessoas individuais) a dar origem à associação-rede. Ora alguns cidadãos activos que não dependiam (pelo menos significativamente) de apoios públicos (pouco certos) para o trabalho associativo em meios de baixa densidade relacional (rurais e urbanos), eram vozes de crítica algo independente. O seu apoio à realização de cada *MANIFesta* era tendencialmente diferente de outros, contribuindo para a diversidade de valências do evento. Não ficando enrodilhados nos custos do compromisso público-privado para as respostas associativas-agencialistas às necessidades (contrapartidas dos subsídios e outros investimentos em recursos – sobretrabalho, tempo e dinheiro – para a capacitação e para a conformação tecno-burocrática de viabilização dos processos de interdependência), exprimiam críticas que muitas vezes se moderavam e alinhavam posições com os representantes das OIDL / ADL por solidariedade de causa e no entendimento da convergência essencial de interesses: a valorização socioterritorial dos meios desfavorecidos.

No entanto, a “esquizofrenia”⁶¹ da Animar e do Movimento do DL (MDL), com tradução ocasional em diferentes eventos e pontualmente na *MANIFesta*, não se baseia apenas em certas divergências de interesse e de óptica entre pessoas individuais e colectivas, com diferentes níveis de comprometimento. Assenta igualmente nas diferenças dentro do mundo associativo que consubstanciam a utilização de diferentes siglas e respectivos significados, em vários documentos da Animar e de cada *MANIFesta*. Note-se a distinção no uso de OIDL e OCS, conforme se trate de entidades relativas ao DL (primeiro caso) ou a todas aquelas que são Organizações Autónomas de Cidadãos (OAC) orientadas para o bem comum. A Animar tem representado ambas, assim como as ADL, estas como entidades cada vez mais remetidas para a sua posição de fiel compromisso estabelecido (até sujeito a validação) em termos de políticas públicas e de governança socioterritorial. Todos os “processos

61) No sentido etimológico de “cérebro dividido”.

MANIFesta” têm contado com a participação de entidades que se enquadram em mais do que um tipo, assim como os já referidos cidadãos / pessoas individuais de diferentes sensibilidades, perspectivas e orientação política, incluindo alguns com militância declarada em diferentes partidos, mesmo entre os membros mais activos da Animar e que integram os seus corpos sociais.

Segundo Alcides Monteiro (citado em Cristóvão et al., 2005:3), a partir de estudos de caso aprofundados, existem quatro perfis de orientação das OIDL [todos eles com alguma representação na Animar, embora o primeiro seja minoritário], que remetem para quatro fórmulas ou visões sobre a relação com o Estado:

- uma “*orientação militante*”, que pugna pela defesa da estrita separação entre Estado e organizações, de acordo com o princípio da autonomia e da separação de poderes;
- uma “*orientação parapública*”, assente na concepção de que a intervenção associativa prolonga a acção do Estado, agindo no quadro de modelos e princípios programáticos por este definidos;
- uma “*orientação instrumental*”, segundo o lema “fazer mais e melhor”, que atribui ao Estado uma função animadora, a par da garantia de financiamento, competindo às organizações a “liderança e execução locais”, a partir de uma intervenção multidimensional, multisectorial, menos burocratizada e mais ágil, mais próxima das necessidades das pessoas, mais eficiente e eficaz;
- uma “*orientação autónoma e solidária*”, que advoga e reclama: um exercício mais democrático, solidário e aberto por parte do Estado; um projecto político autónomo, em articulação com as orientações programáticas do Estado; uma aposta em valores como a solidariedade, a participação, a parceria, o *empowerment*.

Como lembra Álvaro Cidrais (em documento interno de 2009, não publicado), a Animar-Organização, a Animar-Movimento e a Animar-*MANIFesta* “são três instrumentos de desenvolvimento da Sociedade (...) mas nunca serão geridos / liderados / desenvolvidos com o mesmo modelo (...)”. Ora acontece que a primeira vertente não tem podido existir sem a função agencial, com repercussão na última, a do evento construído para a confluência do todo. Embora este – a *MANIFesta* – conte de

modo importante com a expressão da Animar-Movimento, a diferença de perspectivas, de concepções de democracia e de interesses que acaba por se representar torna muito difícil ou ineficaz a defesa de qualquer das componentes que se manifestam, com “vezes e vozes” que anulam qualquer ideal “filarmonia”, em particular quando uma apressada “gestão do concerto” (“direcção de orquestra”?) não permite as sincronias e a sublimada combinação das componentes que consubstancia e dá sentido à arte. Neste sentido merece reflexão a observação de Viegas (2004:40):

A representação de interesses ou defesa de causas pressupõe, por razões de eficácia, que a afirmação externa surja a uma só voz e se manifeste na hora mais conveniente. Ora, estas características chocam, muitas vezes, com a necessidade de debate e do estabelecimento de consensos a nível interno. Como uma dada associação tem, por vezes, mais do que um objectivo, interessa, assim, analisar a compatibilidade e prioridade estabelecida entre eles para podermos ajuizar das suas implicações democráticas.

Não fazendo qualquer sentido anular ou minorizar elementos da diversidade da Animar, há que avaliar melhor e compreender o sentido da interacção com os poderes públicos, com “ganhos de efectividade e perdas de afectividade”, que corresponde também a um desejo e uma necessidade de parte significativa da associação-rede, com novos (e transformados) membros, com ideais já consideravelmente diferentes dos de alguns dos membros fundadores.

Esta perspectiva assenta na aceitação de um futuro condicionado pelas tendências gizadas no âmbito da Estratégia de Lisboa, centrada nos compromissos assumidos pelos Estados-Membros e na convergência das políticas nacionais, aspectos que colocam o DL como necessário instrumento complementar de estruturação e participação dos sistemas socioterritoriais na construção da eficiência sistémica, que é suposto ser consonante com um processo de melhoria do bem-estar social e da qualidade de vida. Esta perspectiva, a do “discurso da eficiência”, na medida em que parece contradizer em parte (só em parte) o os discursos “da legitimidade” (ex.: fazer valer o que constitucionalmente se estabeleceu) e “da equidade”, obriga-nos a fazer algo mais para animar (estimu-

lar) as forças criativas – políticas e sociais – a encetar medidas de capilarização e disseminação aos vários níveis da participação qualificada, pois a sustentabilidade da governança europeia carece do adequado entendimento de qual o investimento a fazer para garantir o seu carácter multi-escalar. Em suma, aceitando que a governação sustentável só é possível com a garantia da coesão, que esta assenta em dinâmicas de co-responsabilização e que estas supõem autonomização e reconhecimento das partes com motivações e interesses próprios⁶², há que fazer valer – nos momentos próprios – o “Manifesto e a Manifesta”, o efectivo e o afectivo, o incisivo e o compreensivo, domínios complementares quando se trata de pensar e agir no território.

62) Aliás, algo no sentido da “abordagem centrada nos lugares” (feitos por pessoas individuais e colectivas, de direito público e privado), trazida pelo “Relatório Barca” (Barca, 2009).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- AMARO, Rogério Roque (2005), "Saúde comunitária: um caminho para o desenvolvimento", *Aprender ao Longo da Vida* n° 4, Maio 2005, pp. 33-34.
- AMARO, Rogério R.; et al. (2007), Intervenção sobre Economia Solidária, Estado e Sustentabilidade, na mesa redonda "Novas Perspectivas para o Relacionamento Terceiro Sector - Estado", in: *Encontro Nacional do Desenvolvimento Local: afirmar o Terceiro Sector, Promover a Inovação* (Actas do Encontro em Lisboa, ISCTE, 27 de Novembro de 2007). Vialonga, Animar, 43 p.
- AMARO, Rogério Roque (2009a), "MANIFesta do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária em Portugal. A inovação social na resposta à crise – Contributos do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária", *InfoAnimar* n° 2, Março 2009, pp. 2-3.
- AMARO, Rogério Roque (2009b), "Desenvolvimento Local", in: Cattani, A. D.; Laville, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha P. – *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Ed. Almedina, pp. 108-113.
- ANIMAR (1994*), *MANIFesta, Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local: Testemunho*. S/local, Ed. Animar, 24 p. (* data do evento reportado e não da edição, em data posterior, não indicada).
- ANIMAR (1999), *Desenvolvimento Local: uma oportunidade de futuro! Declaração de Amarante + Teses / MANIFesta 98*. Messejana, Animar, 32 p.
- BAPTISTA, F. Oliveira (Coord.); et al. (2003), *O rural já não ocupa espaço. Debates na MANIFesta 2003, no âmbito do proj. "As dinâmicas socioeconómicas dos espaços rurais do continente português"*. Serpa, Maio de 2003, ISA-DEASR / INIAP / Animar, 49 p.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2003), "Um Rural sem Território", In: Caldas, J. C.; Portela, J. (orgs.) - *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, pp. 57-66.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2006), "O Rural depois da Agricultura", in: Fonseca, Maria Lucinda (Coord.) - *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 85-105.
- BARCA, Fabrizio (2009), *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Independent Report prepared at the request of Danuta Hübner, Commissioner for Regional Policy, 243 p. [accedido em 9-05-2009 em: http://ec.europa.eu/regional_policy/policy/future/barca_en.htm]
- BASTOS, A M; BRÁS, J C; CASTELA, A J G (1998), *Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Ed. Animar, 199 p.
- BRÁS, José (Coord.) (1999), *Novos valores do desenvolvimento local*. Messejana, Ed. Animar, 61 p.
- CRISTÓVÃO, Artur (Coord.); et al. (2005), *Estado – OCS/OIDL: bases para o debate sobre uma Carta de Relacionamento*. Vialonga, Animar, 17 p.
- FERREIRA, António Cardoso (2004), "Saúde e Desenvolvimento Local", *Suplemento do Boletim Voz e Voz* n° 84 (Out./Nov.2004), pp. 8-9.
- FRANCO, Raquel Campos (2005), *Defining the Nonprofit Sector: Portugal*. Baltimore, The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project nr. 43, 34 p.
- FRANCO, Raquel Campos; et al. (2005), *The Portuguese nonprofit sector in comparative perspective / O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Universidade Católica Portuguesa - FEG / Johns Hopkins University, 47 p. / 41 p. [outros autores: SOKOLOWSKI, S. Wojciech ; HAIREL, Eileen M. H.; SALAMON, Lester M.]

- GG-EQUAL; et alli (2008), *Animação Territorial: Caminhos para a Inovação Social*. Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL, 95 p. [Acedido em 6-02-2009 em http://www.paphorma.com/equal_news/dezembr08_recursos/Animacao_Territorial.pdf]
- GG-EQUAL (2009), “MANIFesta de Peniche: EQUAL celebra Inovação Social”, *BI* n.º72, [contributo do Gabinete de Gestão EQUAL no Boletim Informativo do] ACIDI, Julho/Agosto de 2009, p. 15.
- HO (1998), *COMPACT - sobre as relações entre o governo e o sector cívico e solidário em Inglaterra*, Londres (HO = Home Office, Voluntary & Community Sector Working Group on Government Relations), The Stationery Office Ltd., trad. Assoc. In Loco, 2001.
- IDEIA-Alentejo (1995), *Desenvolvimento local, coesão social e económica na UE, Actas da Conferência Europeia*, Serpa, IDEIA-Alentejo.
- MAGOWAN, J; MELO, A; SCHUMAK, P (1996), *Inovação e produção de pequena escala em comunidades rurais de base familiar (Circuito LEDA, 1995)*. Faro, Associação In Loco, 82 p.
- MELO, Alberto (2005), “O Desenvolvimento Local na encruzilhada de expectativas irrealistas, directivas adversas e perspectivas ambíguas”, Vila Real, UTAD, Comunicação de 29 de Abril de 2005 no âmbito do MDL / *Seminário Permanente de Investigação e Desenvolvimento (SPID)* – CETRAD.
- MONTEIRO, Alcides (2006), “Um estatuto legal para as OIDL? Alguns contributos para o debate necessário”, *VeZ e Voz* n.º 89, Março / Abril de 2006, pp. 3-4. [idem em http://www.animar-dl.pt/vezvoz/ver_artigo.php?id=45]
- MORENO, Luís (coord.); et al. (2003), *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*. Lisboa, Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, 237 p.
- MORENO, Luís (2004), “Desenvolvimento Local: Que Futuro Queremos? 1.º Seminário no âmbito da comemoração dos 10 anos (d)a Animar”, *VeZ e Voz* n.º 84, Outubro/Novembro 2004 - *Suplemento “Pensar o Futuro”*, pp. 5-7.
- MORENO, Luís (2005), “Densidade relacional e territorial estratégica em meios desfavorecidos: desenvolvimento local e o papel da organizações cívicas e solidárias” *Actas da Conferência “Políticas Públicas para o Desenvolvimento”* (ISCTE, 16-17 Junho 2005), 30 p. (15 p. + anexos). Lisboa, ISCTE, Dinâmia, CD-ROM.
- MORENO, Luís (2007), *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa, edição do autor/Universidade de Lisboa, FLUL, 379 p. + Apêndice. [in: www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt]
- PORTELA, José (1997) “Microempresas rurais e ambientes envolventes: notas sobre a acção da Animar”. Comunicação à Conferência *As Artes e Ofícios Tradicionais e as Microempresas no Desenvolvimento Local: Tradição e Ambiente – Elementos Afectivos do Desenvolvimento*. Serpa, 13-14 Junho 1997 (13 p.).
- VIEGAS, José Manuel Leite (2004), “Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, 2004, pp. 33-50.
- VV.AA. (1996), “A saúde não é um chapéu: uma história e cinco teses para um manifesto a construir...”, *A Rede para o Desenvolvimento Local* n.º 14, pp. 34-35.
- VV.AA. (1998), *Supporting Voluntary Activity: a Green Paper on the Community and Voluntary Sector and its Relationship with the State*, Dublin, Government Publications (trad. Assoc. In Loco, 2001, com indicação de proveniência do Ministério irlandês da Solidariedade Social).
- VV.AA. (2005), “Aprender a promover a saúde ao longo da vida”, *Aprender ao Longo da Vida* n.º 4, Maio 2005, pp. 24-26.





PÓS-GRADUAÇÕES

INSCRIÇÕES ABERTAS | Novembro 2009 a Julho 2010

300,00€ DESCONTO NAS PROPINAS
PARA ASSOCIADOS/COLABORADORES/BENEFICIÁRIOS, E SEUS FAMILIARES.

MARKETING E COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO DE MARKETING 3.ª Edição | 182 Horas

CONSULTORIA DE IMAGEM NOVO | 180 Horas
Em parceria com a ASLEI

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E ACESSORIA MEDIÁTICA
Em parceria com a ADBD COMMUNICARE 7.ª Edição | 207 Horas

MARKETING & BUSINESS INTELLIGENCE 6.ª Edição | 201 Horas
Também ministrada em: Santarém, Leiria, V.N. Gaia, Portimão e Madeira.

MARKETING, VENDAS E EXCELÊNCIA COMERCIAL NOVO | 180 Horas

IMAGEM, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS 17.ª Edição | 189 Horas
Também ministrada em: Viseu, Santarém, Leiria, V.N. Gaia, Porto, Portimão e Madeira.

SOCIAL MEDIA MARKETING MANAGEMENT NOVO | 200 Horas
Em parceria com a INESTING

RECURSOS HUMANOS

DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL 7.ª Edição | 126 Horas
Também ministrada em: Santarém, Leiria e V.N. de Gaia.

GESTÃO E AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO 7.ª Edição | 180 Horas

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE RECURSOS HUMANOS
Também ministrada em: Viseu, Porto, Portimão e Madeira. 17.ª Edição | 192 Horas

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO 12.ª Edição | 560 Horas | Nível V
Homologado pela ACT

Informações: Dra Isabel Quaresma
Email: isabel.quaresma@lx.isla.pt | Tel: 21 030 99 00/11

www.isla.pt





ESTATUTO EDITORIAL

A **Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local** constituiu-se em Setembro de 1993 como rede nacional para o Desenvolvimento Rural e Local por um vasto conjunto de intervenientes colectivos/individuais e estudiosos da problemática. É uma entidade privada sem fins lucrativos, com dimensão nacional, constituída por mais de uma centena de associados colectivos e individuais (colaboradores de associações, centros de investigação, docentes universitários, etc.).

A **REDE ANIMAR** tem por principais objectivos:

- a representação institucional;
- o apoio e a divulgação do movimento associativo de Desenvolvimento Local;
- potenciar a eficácia da sua intervenção;
- reforçar o seu reconhecimento público e institucional.

A realização destes objectivos levou à criação do **Boletim Vez e Voz** como meio de ligação/divulgação da **REDE ANIMAR**, tanto das suas realizações e preocupações, como das do movimento de Desenvolvimento Local, tarefa que foi regularmente cumprida desde a sua fundação e ao longo de 15 anos.

A inexistência de uma publicação nacional de reflexão mais profunda e com carácter científico sobre os inúmeros aspectos que influenciam o Desenvolvimento Local, levou à reformulação do *Veze Voz*, adoptando (a partir de Dezembro de 2007) um novo formato e periodicidade, mais em consonância com os objectivos e propósitos que o preenchimento da lacuna referida pressupõe.

Assim sendo, a **Revista Vez e Voz** passa a ser editada duas vezes por ano e tem por temáticas principais as que forem consideradas mais pertinentes para a divulgação, promoção e consolidação do Desenvolvimento Local ou de outras problemáticas que lhe estejam associadas.

Para cumprir os objectivos atrás referidos, a **Revista Vez e Voz** atende aos seguintes princípios:

- publica trabalhos inéditos ou de reconhecido interesse para o Desenvolvimento Local, baseada em pareceres de consultores científicos, nacionais e estrangeiros;
- está aberta a contribuições que utilizem os mais diversos métodos de investigação e se enquadrem em diferentes correntes do pensamento científico;
- encontra-se disponível para a colaboração de autores nacionais e estrangeiros e publica os textos no idioma utilizado pelos autores;
- destina-se a todos que se interessem pelo Desenvolvimento Local, independentemente do território ou da perspectiva política.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A **Veze Voz**, revista temática semestral da **Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local**, está aberta à colaboração de autores portugueses e estrangeiros com o objectivo de divulgar diferentes aspectos do Desenvolvimento Local e da Economia Social.

Os originais para publicação serão avaliados pelo Conselho Científico da revista e eventuais sugestões de alteração serão enviadas aos autores.

A Direcção da revista poderá propor modificações, nomeadamente ao nível do tamanho dos artigos. A decisão final de publicação será sempre tomada pelo Conselho de Redacção da revista.

Após aceitação para publicação, os autores devem enviar os originais para a Animar em CD-ROM ou por e-mail, tendo em conta os seguintes endereços:

Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
Rua Antero de Quental
Edifício Ninho de Empresas
Bairro Olival de Fora
2625-640 Vialonga
e-mail: animar@animar-dl.pt

A selecção dos artigos a publicar, bem como a sua ordenação, depende de critérios da exclusiva responsabilidade da Revista *Veze Voz*.

As contribuições para as diferentes secções da revista devem ser acompanhadas de fotografia do(s) autor(es), podendo ser do tipo passe ou outra.

Cabe aos autores obter autorização para reproduzir materiais sujeitos a direitos de autor.

Se um autor pedir a não publicação do seu artigo, antes de este estar no processo de maquetização, fica suspensa a sua publicação podendo este ser levantado na **Animar**.

Os trabalhos não publicados não serão devolvidos, podendo igualmente ser levantados na **Animar**.

Após a aceitação para publicação, o original só poderá ser publicado noutras publicações, total ou parcialmente, mediante autorização da Direcção da *Veze Voz*.

A aceitação de artigos já publicados noutras revistas será decidida caso a caso, mediante o reconhecimento do interesse dos mesmos para a temática em causa. **Pressupõe-se que um original não está a ser simultaneamente submetido a diferentes Revistas.**

ARTIGOS

Os artigos não devem exceder 10 páginas tendo em conta a seguinte formatação:

- espaço entre linhas duplo;
- letra tipo Times New Roman, corpo 12;
- páginas de dimensão A4 com numeração sequencial;
- todas as margens a 3 cm.

Os artigos devem conter na primeira página o título, nome do(s) autor(es) e em nota de rodapé, actividade/profissão e endereço profissional (incluindo telefone, fax e e-mail).

Os artigos devem ter na primeira página, depois do título e identificação do autor(es), sempre um resumo em português, acompanhado de dois outros resumos nas seguintes línguas: espanhol, francês ou inglês. A seguir aos resumos devem vir as respectivas palavras-chave.

Os quadros, gráficos e outros materiais devem ser entregues em ficheiro próprio, fazendo-se referência no texto ao local da sua inserção.

OPINIÕES / POSIÇÕES

Os textos a inserir nesta secção não devem exceder 5 páginas tendo em conta a seguinte formatação:

- espaço entre linhas duplo;
- letra tipo Times New Roman, corpo 12;
- páginas de dimensão A4 com numeração sequencial;
- todas as margens a 3 cm.

Os textos devem conter na primeira página o título, nome do(s) autor(es) e em nota de rodapé, actividade/profissão e endereço profissional (incluindo telefone, fax e e-mail).

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os textos a inserir nesta secção não devem exceder 3 páginas tendo em conta a seguinte formatação:

- espaço entre linhas duplo;
- letra tipo Times New Roman, corpo 12;
- páginas de dimensão A4 com numeração sequencial;
- todas as margens a 3 cm.

Os textos devem conter no início da primeira página a imagem da capa, bem como a referência integral da obra analisada e o nome(s) de quem procede à análise. Em nota de rodapé deverá constar a actividade/profissão e endereço profissional (incluindo telefone, fax e e-mail) do(s) autor(es) da análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas têm de ser mencionadas no texto através do(s) nome(s) do(s) autor(es) e ano da respectiva publicação.

A bibliografia deve vir no final do texto e só pode incluir referências efectuadas no mesmo. A listagem deve ser organizada por ordem alfabética do último nome dos autores.

Aquando da referência a mais do que uma obra de um mesmo autor enumerar por ordem da data de publicação, começando na mais antiga e repetindo o nome do autor em cada publicação. No caso do ano de publicação ser o mesmo, dever-se-á enumerar as obras por ordem alfabética do título, acrescentando uma letra minúscula ao ano. Utilizar o mesmo procedimento aquando da citação no texto. Exemplo: (Farinha, 2005a), (Farinha, 2005b).

Os procedimentos a ter em conta para referir bibliografia na Revista *Veze Voz* são os seguintes:

LIVRO DE UM SÓ AUTOR

Último nome do autor, Primeira inicial. (Ano da publicação). *Título do livro*. Informação adicional. Número da edição, Editora, Local da publicação, Total de páginas

Exemplo:

JEANTET, T. (2000). *L'économie sociale européenne. Ou la tentation de la démocratie en toutes choses*. CIEM Edition, Paris, 332 pp.

LIVRO DE VÁRIOS AUTORES (MAIS DE TRÊS)

Último nome do primeiro autor (ordem alfabética ou respeitando critério de base deontológica), primeira inicial; et al.

Exemplo:

VOLKOFF, A. et al (1992); "Ages et travail: contraintes et difficultés chez les 40-50 ans" in *Travail et Emploi*, n° 54/4.

ARTIGO EM REVISTA

Último nome do autor, Primeira inicial. (Ano da publicação). "Título do artigo". *Nome da Revista*, **Volume:** primeira página-última página, Total de páginas

Exemplo:

BRONCHART, L.; DENONVILLE, I.; MARISSAL, P. (1991). "Critères pour une délimitation de l'espace rural en Wallonie: une application dans le cadre de la politique de développement rural", *Revue Belge de Géographie*, 115 année, Fascicule 4 (50), Bruxelles, Société Royale Belge de Géographie, pp. 333-348



População rural e espaço

JOAQUIM CABRAL ROLO
FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA

sóto palavra oportuna | 3

População rural e espaço

Joaquim Cabral Rolo
Fernando Oliveira Baptista

Preço:

Gratuito para os associados da Animar com as quotas em dia

6 Euros + portes de correio



ÁGUA: bem público, gestão privada?

SUSANA NETO - JOÃO BAU

sóto palavra oportuna | 4

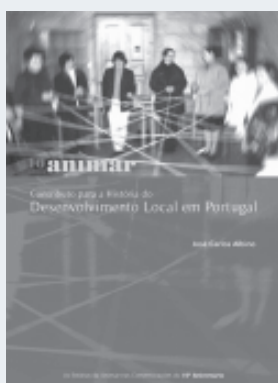
ÁGUA: bem público, gestão privada

Susana Neto
João Bau

Preço:

Gratuito para os associados da Animar com as quotas em dia

6 Euros + portes de correio



Contributo para a história do Desenvolvimento Local em Portugal

Contributo para a História do
Desenvolvimento Local em Portugal

José Carlos Albino

sóto palavra oportuna | 5

Contributo para a história do Desenvolvimento Local em Portugal

As histórias da Animar nas comemorações do seu 10º aniversário

José Carlos Albino

Preço:

10 Euros + portes de correio (associados da Animar com as quotas em dia)

20 Euros + portes de correio

Os pedidos devem ser endereçados ao Gabinete Animar, Rua Antero de Quental / Edifício Ninho de Empresas / Bairro Olival de Fora / 2625-640 VIALONGA, com indicação de um endereço postal e o número de contribuinte. O pagamento é feito por reembolso postal.

